



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Auditor Fiscal de Tributos Municipais**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA OBJETIVA** Conhecimentos Específicos I

**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Conquistas começam com a decisão de tentar o primeiro passo.

- Verifique se este caderno contém 100 questões objetivas, numeradas de 1 a 100. Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE**

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS da Prova Objetiva, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



**PROVA OBJETIVA**  
**Conhecimentos Específicos I**  
**Língua Portuguesa**

**Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 9.

O brasileiro gosta de pensar que o Brasil é uma nação acolhedora, que recebe imigrantes de braços abertos. Em termos de dados históricos e estatísticos, não é bem assim. Apesar da imigração maciça promovida por sucessivos governos durante o Império e o primeiro período republicano, sempre houve debates sobre o tipo de imigrante que seria mais desejável, passando pela rejeição explícita a determinados grupos. Na década de 1860, a questão da imigração de chineses atingiu proporções de grande controvérsia e chegou a ser debatida no parlamento. O consenso era de que devia ser impedida para evitar o suposto risco de degeneração racial. Pelo mesmo motivo, a pseudociência da época desaconselhava a entrada de mais africanos, para além dos milhões que já haviam ingressado escravizados no país. Em 1890, já sob a República, a entrada de asiáticos foi efetivamente barrada por decreto. [...]

O imigrante ideal, para as autoridades brasileiras daquele tempo, era branco e católico. De preferência, com experiência em agricultura e disposto a se fixar nas zonas rurais. Braços para a lavoura, era o que se dizia, e uma injeção de material genético selecionado com o intuito de "melhorar a raça". [...]. A preferência por imigrantes católicos seguia a premissa de que seriam de assimilação fácil e não ameaçariam a composição cultural da jovem nação. Aqueles no poder queriam que o brasileiro continuasse do jeitinho que era, só que mais branco. Seguindo as premissas eugênicas então em voga, acreditava-se que o sangue europeu, tido como mais forte, venceria o sangue africano e ameríndio, eliminando-os paulatinamente. Essa política de branqueamento já foi documentada, ad nauseam, por nossa historiografia. Ela é o pano de fundo ideológico para o crescimento da cidade de São Paulo, onde a porcentagem de italianos ficou acima de 30% entre as décadas de 1890 e 1910, período em que a população aumentou quase dez vezes.

Os doutores daquela época não conseguiram o que almejavam, por três motivos. O primeiro, concreto, é que as doutrinas científicas em que acreditavam eram falsas. Não existe raça pura, em termos biológicos, muito menos a superioridade de uma sobre outra. O segundo, circunstancial, é que a fonte de imigrantes na Europa foi secando antes que a demanda por trabalhadores no Brasil se esgotasse. Quando o navio *Kasato Maru* atracou no porto de Santos em junho de 1908, com 165 famílias japonesas a bordo, era o reconhecimento implícito de que os interesses econômicos iriam prevalecer sobre a ideologia eugenista. A imigração em massa de japoneses para o Brasil, ao longo do século 20, não somente descarrilou o projeto de branqueamento como também quebrou o paradigma de que não católicos eram inassimiláveis. Os japoneses ficaram e se fixaram. Seus descendentes tornaram-se brasileiros, a despeito de muito preconceito e até perseguição. Conseguiram essa proeza, de início, porque se mantiveram isolados no interior do país. Longe da vista, como fizeram meus avós e bisavós.

O terceiro motivo do fracasso do modelo de assimilabilidade católica é conceitual. Seus defensores partiam de um pressuposto falso: o de que a população brasileira era homogênea em termos de religião. [...] o mito do bom imigrante católico ignorava estrategicamente a presença de judeus, muçulmanos e protestantes no Brasil. Os três grupos estiveram presentes desde a época colonial e, cada um a seu modo, contribuíram para a formação do país.

(CARDOSO, Rafael. O Brasil é dos brasileiros. *Revista Serrote*, nº 27, pp. 45 e 47, 2018)

1. O desenvolvimento do texto evidencia que o autor tem como prioridade:
  - (A) contrapor dados históricos e estatísticos a decisões autocráticas de governos brasileiros do Império e do primeiro período republicano acerca do acolhimento de mão de obra estrangeira.
  - (B) sinalizar que a imigração maciça estimulada durante o Império e o primeiro período republicano no Brasil não recebeu apoio do povo, este que, contrariamente ao que proclama, não é hospitaleiro quando se trata de imigrantes.
  - (C) atribuir a conceitos científicos mal compreendidos tanto o preconceito e a perseguição a estrangeiros, quanto o fracasso da política de Estado ao não reconhecer, durante séculos, a diversidade religiosa no Brasil.
  - (D) criticar a xenofobia que, tida como característica encoberta do homem brasileiro, produz rejeição aleatória de imigrantes que muito poderiam contribuir para os interesses econômicos do Brasil.
  - (E) salientar que os movimentos migratórios no Brasil, nos períodos citados, estiveram associados a específicas condições do imigrante, subordinadas às convicções das autoridades em exercício.

---

2. Rafael Cardoso, quando menciona
  - (A) (parágrafo 1) os milhões [de africanos] que já haviam ingressado escravizados no país, critica, de modo subliminar, a política oficial de imigração, na época citada, por ter ela privilegiado consensualmente a entrada de africanos.
  - (B) (parágrafo 1) já sob a República, manifesta acreditar que a nova forma de governo contribuiu para maior efetividade das políticas públicas sobre o controle de imigração, tendo em vista a possibilidade de debates mais democráticos.
  - (C) (parágrafo 2) o crescimento da cidade de São Paulo, apresenta o único argumento a favor das imigrações ocorridas no período citado, no caso, imigração de italianos, entendendo que ela vinha embasada em consistente ideologia.
  - (D) (parágrafos 3 e 4) os três motivos, os dispõe em categorias e tece considerações com que justifica a terminologia adotada e fundamenta seu ponto de vista sobre o fracasso do ideal das autoridades brasileiras acerca do tipo de imigrante desejável no período citado.
  - (E) (parágrafo 4) um pressuposto falso, demonstra entender que mesmo os católicos, quando em situação de imigrantes na referida época, no Brasil, eram capazes de, estrategicamente, ignorar a presença de outras religiões.



3. A frase em que o emprego de uma específica palavra indica que o autor do texto desconfia da veracidade de uma ideia tomada por verdadeira por outros é:
- (A) *Na década de 1860, a questão da imigração de chineses atingiu proporções de grande controvérsia e chegou a ser debatida no parlamento.*
  - (B) *O consenso era de que devia ser impedida para evitar o suposto risco de degeneração racial.*
  - (C) *Em 1890, já sob a República, a entrada de asiáticos foi efetivamente barrada por decreto.*
  - (D) *Essa política de branqueamento já foi documentada, ad nauseam, por nossa historiografia.*
  - (E) *Conseguiram essa proeza de início, porque se mantiveram isolados no interior do país.*
- 
4. Segmentos do texto receberam redação alternativa. A que – estando clara e correta, segundo a norma-padrão da língua – não prejudica o sentido original é:
- (A) *Apesar da imigração maciça [...], sempre houve debates sobre o tipo de imigrante que seria mais desejável... / Ainda que tenha havido imigração maciça [...], sempre ocorreram debates sobre que traços fundamentais deveria um imigrante exibir para que fosse considerado o tipo mais desejável.*
  - (B) *Braços para a lavoura, era o que se dizia, e uma injeção de material genético selecionado com o intuito de “melhorar a raça”. Se dizia que era “Braços para a lavoura” e uma injeção de material genético selecionado com a intensão de “melhorar a raça”.*
  - (C) *Seguindo as premissas eugênicas então em voga, acreditava-se que o sangue europeu, tido como mais forte, venceria o sangue africano e ameríndio, eliminando-os paulatinamente.* Em concordância com as teorias eugênicas então em vigor, havia a crença que o sangue europeu, comprovadamente mais forte, chegaria a vencer o sangue africano e ameríndio, eliminados que seriam fatalmente.
  - (D) *O segundo, circunstancial, é que a fonte de imigrantes na Europa foi secando antes que a demanda por trabalhadores no Brasil se esgotasse.* O segundo foi fruto de uma circunstância: o Brasil teve necessidade de trabalhadores e a Europa secara a fonte de imigrantes.
  - (E) *Seus descendentes tornaram-se brasileiros, a despeito de muito preconceito e até perseguição.* / Seus descendentes converteram-se em brasileiros, despertando muito preconceito, incluído até a perseguição.
- 
5. Afirma-se com correção:
- (A) (parágrafo 1) A frase *Pelo mesmo motivo, a pseudociência da época desaconselhava a entrada de mais africanos, para além dos milhões que já haviam ingressado escravizados no país* exemplifica enunciado em que as formas verbais denotam que as ações ocorrem em simultaneidade.
  - (B) (parágrafo 2) À oração inicial do período *Seguindo as premissas eugênicas então em voga, acreditava-se que o sangue europeu, tido como mais forte, venceria o sangue africano e ameríndio, eliminando-os paulatinamente*, deve ser atribuído o sentido temporal, sem outra possibilidade de valor.
  - (C) (parágrafo 2) Em *Seguindo as premissas eugênicas então em voga, acreditava-se que o sangue europeu, tido como mais forte, venceria o sangue africano e ameríndio, eliminando-os paulatinamente*, a forma grifada é semanticamente equivalente a “para eliminar”.
  - (D) (parágrafo 2) A transposição da frase *Essa política de branqueamento já foi documentada, ad nauseam, por nossa historiografia* para a voz ativa gerará a forma “*tinha documentado*”.
  - (E) (parágrafo 3) Nas orações *Conseguiram essa proeza, de início, porque se mantiveram isolados no interior do país. Longe da vista, como fizeram meus avós e bisavós*, o pronome destacado tem valor reflexivo e ao segmento sublinhado é possível atribuir-se o valor causal.
- 
6. Está correto o seguinte comentário:
- (A) No contexto em que estão empregadas, as aspas em “melhorar a raça” indicam que o autor está citando expressão difundida por outros, e não que deseje marcar o segmento com particular tom expressivo.
  - (B) Na frase *Em termos de dados históricos e estatísticos, não é bem assim*, o primeiro segmento expressa uma ideia de restrição.
  - (C) Na frase *Em termos de dados históricos e estatísticos, não é bem assim*, a palavra destacada tem a mesma função sintática da sublinhada em “Vou para o mesmo lado que você, assim, podemos ir juntos”.
  - (D) Em *O brasileiro gosta de pensar que o Brasil é uma nação acolhedora, que recebe imigrantes de braços abertos*, ambas as palavras destacadas são conjunções, pois o contexto elimina a possibilidade de a segunda palavra ser pronome relativo.
  - (E) Se, em lugar de *O primeiro, concreto, é que as doutrinas científicas em que acreditavam eram falsas*, houvesse “O primeiro, concreto, é que eles consideravam crível as doutrinas científicas cujos fundamentos eram falsos”, a correção da frase, segundo a norma-padrão da língua, seria preservada.

7. Leia com atenção os trechos que vêm a seguir. Cada um deles apresenta segmento em destaque, que pode, ou não, estar presente como relevante argumento a favor da ideia expressa no trecho em que está inserido.
- I. *Apesar da imigração maciça promovida por sucessivos governos durante o Império e o primeiro período republicano, sempre houve debates sobre o tipo de imigrante que seria mais desejável, passando pela rejeição explícita a determinados grupos.*
  - II. *Quando o navio Kasato Maru atracou no porto de Santos em junho de 1908, com 165 famílias japonesas a bordo, era o reconhecimento implícito de que os interesses econômicos iriam prevalecer sobre a ideologia eugenista.*
  - III. *Essa política de branqueamento já foi documentada, ad nauseam, por nossa historiografia.*
  - IV. *Ela é o pano de fundo ideológico para o crescimento da cidade de São Paulo, onde a porcentagem de italianos ficou acima de 30% entre as décadas de 1890 e 1910, período em que a população aumentou quase dez vezes.*

É correto afirmar que se trata de relevante argumento, como caracterizado acima, o que se lê APENAS em:

- (A) I, II, III.
  - (B) II e IV.
  - (C) I, III e IV.
  - (D) III.
  - (E) IV.
- 
8. O terceiro motivo do fracasso do modelo de assimilabilidade católica é conceitual. Seus defensores partiam de um pressuposto falso: o de que a população brasileira era homogênea em termos de religião. [...] o mito do bom imigrante católico ignorava estrategicamente a presença de judeus, muçulmanos e protestantes no Brasil. Os três grupos estiveram presentes desde a época colonial e, cada um a seu modo, contribuíram para a formação do país.
- Considerado o trecho reproduzido, é correto afirmar:
- (A) Redação alternativa à acima transcrita, que reúna os dois períodos iniciais num só e não prejudique o sentido original, deve valer-se da locução coesiva “à medida que”.
  - (B) O segundo período manteria a correção com o segmento alternativo “partiam de um pressuposto falso, qual seja, este de que a população brasileira era homogênea em termos de religião”.
  - (C) Se o segmento *um pressuposto falso* fosse alterado para “uma ideia falsa”, a frase manteria sua correção sem que houvesse necessidade de outra modificação no período.
  - (D) Os dois-pontos estão empregados pelo mesmo motivo que se nota em “Curioso, perguntou: – Quem lhe deu esse belo presente?”, exigidos por verbo *dicendi*.
  - (E) No último período, a retirada da vírgula após a conjunção não prejudica a correção original da frase, visto que seu emprego é facultativo.
- 
9. Palavras destacadas nos segmentos do texto que vêm a seguir estão empregadas em consonância com a norma-padrão da língua. Essas palavras motivaram a criação de outras frases, vistas ao lado do segmento original, devendo ser consideradas independentes dele. A frase proposta que está correta, mantido o padrão citado, é:
- (A) *Apesar **da** imigração maciça promovida por sucessivos governos [...] sempre houve debates sobre o tipo de imigrante que seria desejável / Apesar de a imigração maciça ter sido promovida por sucessivos governos, sempre houve rejeição a determinados grupos.*
  - (B) *era o reconhecimento implícito **de que** os interesses econômicos iriam prevalecer sobre a ideologia eugenista / Aquele era o empreendimento de que muitos esperavam com ganância.*
  - (C) *O consenso era de que **devia** ser impedida / Foram advertidos de que os recém-chegados deveriam, o mais rapidamente possível, serem encaminhados aos respectivos alojamentos.*
  - (D) *sempre **houve** debates sobre o tipo de imigrante que seria mais desejável / Devem ter havido mesmo, no período em questão, debates intensos sobre imigração.*
  - (E) *Os japoneses ficaram e se **fixaram** / Eles se fixaram aonde pudessem ficar isolados.*
- 
10. A frase que está clara e adequada à norma-padrão da língua é:
- (A) Entre todos os funcionários, um dos poucos que primavam pela descrição com que conduzia seu trabalho foi exatamente o que recebeu reprimenda do diretor, fato este que o fez receber manifestação de apoio de alguns funcionários e gerentes.
  - (B) Esforçando-se por manter os seus projetos de renovação o mais transparente possíveis, chegou a cometer tanto excesso em detalhamentos de planilhas, que acarretaram mal-estar em todos do departamento de controle.
  - (C) Estava bastante fragilizado pelos reveses que vinha sofrendo na sua sessão, departamento em que se processavam as conferências de dados, mas quando conhecidos lhe encontravam no refeitório da empresa, tentava mostrar-se a vontade, com o intuito de evitar constrangimentos.
  - (D) Antes de virem a receber a homenagem do público que presenciava a corrida, algumas testemunhas, todos esportistas, que ajudaram o ciclista e depuseram a seu favor, serão apresentadas àqueles dois jornalistas que farão a cobertura do acidente.
  - (E) Alguns não crêem no que tem sido propagado, mas concordo em que ações ante-democracia constróem o caminho para que futuras gerações conheçam dores que aquele que viveu períodos ditatoriais busca esquecer a todo custo.

**Matemática e Raciocínio Lógico**

11. Uma repartição pública analisou metade de um lote de processos ao ritmo de 40 processos por dia e, com a equipe de funcionários reforçada, a outra metade a um ritmo de 360 processos por dia. O ritmo médio de análise dos processos constantes desse lote foi de
- (A) 96 processos por dia.  
(B) 200 processos por dia.  
(C) 100 processos por dia.  
(D) 84 processos por dia.  
(E) 72 processos por dia.
- 
12. Sérgio recebeu um adiantamento e negociou que a devolução seria paga em duas parcelas iguais de R\$ 1.210,00, a primeira, um mês após o recebimento do adiantamento, e a segunda, um mês depois do pagamento da primeira parcela. Sabendo que foram cobrados juros compostos de 10% ao mês, o valor que Sérgio recebeu pelo adiantamento foi de
- (A) R\$ 2.420,00.  
(B) R\$ 2.010,00.  
(C) R\$ 2.100,00.  
(D) R\$ 2.200,00.  
(E) R\$ 2.210,00.
- 
13. Para José, uma caixa de ferramentas é boa se, e somente se, para todo parafuso que houver na caixa, houver, também, uma chave que encaixa nele. Assim, se uma caixa de ferramentas não é boa para José, então, nela:
- (A) existe pelo menos uma chave que não encaixa em nenhum parafuso.  
(B) nenhum parafuso encaixa em todas as chaves.  
(C) existe pelo menos um parafuso que não encaixa em nenhuma chave.  
(D) para cada parafuso, existe pelo menos uma chave que não encaixa nele.  
(E) existe pelo menos um parafuso que encaixa em todas as chaves.
- 
14. Há sete cidades, chamadas A, B, C, D, E, F e G, ao longo de uma estrada que corre em direção norte-sul. Essas cidades se localizam uma em relação a outra de acordo com os seguintes dados:
- Há exatamente 3 cidades ao sul de A.
  - D está ao norte de F, mas não é a cidade mais ao norte de todas, e F não é a cidade mais ao sul de todas.
  - A primeira cidade ao norte de C é E.
  - Dentre as cidades que se encontram entre D e C está B.
  - Não há cidades entre F e E.
- Então,
- (A) não há cidades entre G e B.  
(B) G é a cidade mais ao sul de todas.  
(C) E está ao norte de A.  
(D) não há cidades entre D e F.  
(E) F está ao sul de A.
- 
15. Se 3 painéis solares fotovoltaicos produzem 70 kWh de energia em 50 dias, o número de painéis solares que produzem 112 kWh de energia em 15 dias é
- (A) 12.  
(B) 15.  
(C) 14.  
(D) 16.  
(E) 13.

**Noções de Informática**

16. Dois técnicos de um departamento de uma empresa receberam uma mesma cópia do relatório técnico para revisar independentemente. O relatório foi elaborado no Microsoft Word 10, em sua configuração padrão na língua portuguesa. Posteriormente cada um encaminhou a sua revisão para o chefe do departamento. Para facilitar a avaliação que os dois técnicos fizeram sobre o documento, o Microsoft Word 10 permite que os documentos sejam
- (A) Combinados, gerando um único documento (aba Revisão > Comparar > Combinar).  
 (B) Comparados, gerando em cada documento a indicação das modificações (aba Inserir > Comparar > Combinar).  
 (C) Destacados, gerando em cada documento a indicação das modificações (aba Revisão > Examinar > Destacar).  
 (D) Examinados, gerando um único documento (aba Inserir > Documentos > Examinar).  
 (E) Mesclados, gerando um único documento (aba Revisão > Comparar > Mesclar).
- 
17. Um técnico pretende calcular a média de horas paradas de alguns microcomputadores de um departamento da empresa. Para tanto utilizou o Microsoft Excel 2010, em sua configuração padrão na língua portuguesa, e colocou as horas paradas dos computadores de números 1 a 10 em uma coluna, utilizando as células de A1 a A10, respectivamente. Caso a célula B11 receba a fórmula: =MÉDIA(A1:A4;A6;A10), será calculada a média relativa às horas paradas dos computadores
- (A) 1, 4, 6 e 10.  
 (B) 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10.  
 (C) 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10.  
 (D) 1, 2, 3, 4, 6, 10.  
 (E) 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10.
- 
18. Um técnico de manutenção de microcomputadores de uma empresa precisa substituir o seu disco rígido (HD) com padrão SATA e capacidade de armazenamento de 1 TB, que apresenta defeito. O computador faz o uso intenso desse disco e permanece em operação continuamente (24 horas, todos os dias). Esse técnico cogita substituir esse HD por uma unidade de estado sólido (SSD) com a mesma capacidade de armazenamento. Sobre essa substituição, é correto afirmar que o SSD
- (A) apresenta um consumo de energia superior ao do HD, podendo exigir a substituição da fonte de alimentação por uma de maior capacidade.  
 (B) apresentará como desvantagem, em relação ao HD, uma vida útil inferior, pois o número de gravações em cada célula é limitado.  
 (C) apresenta, atualmente, um custo para a capacidade requerida equivalente ao dos HDs convencionais.  
 (D) exigirá cuidados especiais na instalação, como blindagem da unidade SSD, que é mais sensível a interferências magnéticas do que os HDs.  
 (E) não pode ser utilizado, pois as unidades SSD possuem apenas conexão padrão IDE.
- 
19. Na ferramenta *Documentos Google Online* é possível fazer *download* do documento em diversos formatos, como .docx e .pdf. A opção para realizar essa tarefa está no menu
- (A) Ferramentas.  
 (B) Arquivo.  
 (C) Complementos.  
 (D) Baixar.  
 (E) Editar.
- 
20. Um dos efeitos mais nocivos dos Malwares que atacam os computadores é o que faz a captura do que é digitado no teclado do computador. Esse tipo de Malware é conhecido como
- (A) *Bot*.  
 (B) *Adware*.  
 (C) *Spyware*.  
 (D) *Backdoor*.  
 (E) *Trojan Clicker*.

**Auditoria**

21. Acerca da NBC PA 11, que regula a "revisão externa de qualidade pelos pares", é correto afirmar que:
- (A) Aplica-se exclusivamente ao auditor com registro na CVM.  
 (B) O revisado é o auditor contratado para realização dos trabalhos de revisão.  
 (C) São estimuladas as revisões recíprocas entre auditores independentes (pessoas físicas e jurídicas).  
 (D) O auditor somente pode atuar como revisor caso não tenha executado trabalhos de auditoria independente nos últimos 2 anos anteriores ao da revisão que pretende fazer.  
 (E) É vedado ao revisor comunicar e discutir os resultados da revisão com a administração do revisado.



22. O Código de Conduta Profissional (*Code of Professional Conduct*) do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados (AICPA), em seu item 1.240.010.03, estabelece que:

*Se um sócio ou funcionário da firma, ou sua família imediata, ou qualquer grupo de tais pessoas, reunir mais de 5% dos interesses patrimoniais ou outras participações de um cliente de auditoria durante o período de contratação, a ameaça de interesse próprio à conformidade com a "Regra de Independência" [1.200.001] alcançaria um nível inaceitável que não poderia ser reduzido pela aplicação de salvaguardas. Dessa forma, a independência estaria comprometida.*

(American Institute of Certified Public Accountants. Code of Professional Conduct. Disponível em: <https://pub.aicpa.org/codeofconduct/ethicsresources/let-cod.pdf>, p. 56. Tradução nossa)

No tocante à normatização em âmbito nacional, o assunto

- (A) não é regulado, não havendo qualquer limitação similar.
- (B) é regulado pela NBC PA 290, que, no entanto, não relaciona a independência do Auditor com a materialidade de eventuais interesses financeiros.
- (C) apesar de não ser regulado diretamente em normativos do Conselho Federal de Contabilidade, a NBC PA 290 exige a independência de pensamento, mesmo que à custa da aparência de independência.
- (D) apesar de não ser regulado diretamente em normativos do Conselho Federal de Contabilidade, constitui uma regra costumeira na Auditoria brasileira, com percentual equivalente a 10% da participação.
- (E) é regulado pela NBC PA 290, que, entretanto, deixa de consignar o percentual específico de 5%, empregando a expressão interesse financeiro direto ou indireto "relevante".

23. *Um sujeito cético é aquele com disposição para duvidar de tudo. Mantém-se incrédulo, em estado de descrença quanto a tudo que está à sua frente. O auditor deve agir sempre com ceticismo em relação a tudo que analisa durante a realização dos trabalhos de auditoria, isto é, sempre deve refletir, desconfiar e estar alerta para a existência de condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude.*

(FAVERO, Fabrício. **Responsabilidade Civil dos Auditores Independentes. Uma análise da sua função e critérios para sua responsabilização.** São Paulo: Almedina, 2018, p. 146)

O conceito tratado no excerto acima, ditado pela NBC TA 200, é conhecido como

- (A) ceticismo profissional, consistente em postura que inclui uma mente questionadora e alerta para condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude e uma avaliação crítica das evidências de auditoria.
- (B) julgamento profissional, consistente em aplicação do treinamento, conhecimento e experiência relevantes, dentro do contexto fornecido pelas normas de auditoria, contábeis e éticas, na tomada de decisões informadas a respeito dos cursos de ação apropriados nas circunstâncias do trabalho de auditoria.
- (C) ceticismo profissional, consistente em aplicação do treinamento, conhecimento e experiência relevantes, dentro do contexto fornecido pelas normas de auditoria, contábeis e éticas, na tomada de decisões informadas a respeito dos cursos de ação apropriados nas circunstâncias do trabalho de auditoria.
- (D) julgamento profissional, consistente em postura que inclui uma mente questionadora e alerta para condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude e uma avaliação crítica das evidências de auditoria.
- (E) independência profissional, consistente no cumprimento de exigências éticas relevantes, inclusive as pertinentes à independência, no que se refere aos trabalhos de auditoria de demonstrações contábeis.

24. Quanto à interação constitucionalmente determinada entre controle externo e controle interno,

- (A) há subordinação hierárquica entre controle interno e controle externo.
- (B) é dever do controle interno apoiar a missão institucional do controle externo.
- (C) o controle de metas previstas no plano plurianual é reservado ao controle externo.
- (D) o recebimento de denúncias de qualquer cidadão sobre irregularidades é reservado ao controle interno.
- (E) o controle externo funciona como órgão recursal para decisões adotadas no exercício do controle interno.

25. *Neste trabalho estabeleceu-se uma proposta de um prazo "ótimo" para o regime de rodízio mandatário de firmas de auditoria no Brasil. Esta é uma questão de especial interesse para reguladores de mercado, dada a escassez de estudos nessa linha, além de ter impactos sobre toda discussão acerca da adoção da regra (...).*

*Através da aplicação empírica de um modelo que incorpora os principais pressupostos acerca do impacto do tempo de relacionamento auditor-auditado (tenure) na qualidade de auditoria, estimou-se que o prazo "ótimo" para o rodízio de firmas de auditoria no Brasil é 5,7 anos (...).*

(ALMEIDA, Patrícia Romualdo de; CARVALHO, Luis Nelson Guedes de; BRAUNBECK, Guillermo Oscar. Um Prazo Ótimo para Rodízio de Firms de Auditoria no Brasil. In: XVII Usp International Conference in Accounting, 2018, São Paulo. Anais. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018. Disponível: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/Anais2018/apresentacao.html>. Acesso: 20/03/2019. Com adaptações.)

A regulação posta pela NBC PA 01 – Controle de Qualidade para Firms (Pessoas Jurídicas e Físicas) de Auditores Independentes

- (A) difere da conclusão dos autores do estudo, posto que o estudo de tempo de relacionamento (tenure) não pode exceder 3 anos.
- (B) difere da conclusão dos autores do estudo, posto que prevê que o rodízio de firms ocorra após 8 anos.
- (C) é similar à conclusão dos autores do estudo, posto que prevê que o rodízio de firms ocorra após 5 anos.
- (D) é similar à conclusão dos autores do estudo, posto que prevê que o rodízio de firms ocorra após estudo de tempo de relacionamento (tenure).
- (E) difere da conclusão dos autores do estudo, posto que não prevê o rodízio da firma, mas dos profissionais envolvidos, incluindo o sócio encarregado.



26. O auditor independente responsável por auditoria de demonstrações contábeis:
- (A) está impedido de emitir o seu relatório se ele não tiver algumas das informações financeiras e não financeiras ou todas elas.
  - (B) que concluir pela existência de distorção relevante em informações financeiras ou não financeiras incluídas no relatório anual da entidade, deve requerer a sua correção aos responsáveis pela governança e, se não atendido, solicitar à administração.
  - (C) na excepcionalidade de informações financeiras e não financeiras incluídas no relatório anual da entidade se tornarem disponíveis subsequentemente ao relatório do auditor, tem que atualizar os procedimentos realizados.
  - (D) ao identificar que parece existir inconsistência relevante, deve discutir a questão com a administração e, se necessário, realizar outros procedimentos.
  - (E) ao avaliar a consistência dos valores ou outros itens selecionados das outras informações com as demonstrações contábeis, tem que comparar todos os valores, que devem ser os mesmos, de forma detalhada, com os valores ou outros itens das demonstrações contábeis.
- 
27. Na avaliação de materialidade, é razoável que o auditor assuma que os usuários de demonstrações financeiras
- (A) possuem aprofundado conhecimento de economia.
  - (B) não sabem que as demonstrações contábeis são auditadas considerando níveis de materialidade.
  - (C) possuem conhecimento razoável de contabilidade.
  - (D) não possuem disposição para estudar as informações contábeis com diligência.
  - (E) possuem aprofundado conhecimento das atividades econômicas.
- 
28. A suficiência da evidência de auditoria
- (A) ou é afetada pela qualidade da evidência de auditoria, ou pela avaliação do auditor dos riscos de distorção relevante, nunca ambos.
  - (B) é afetada pela qualidade da evidência de auditoria, mas não pela avaliação do auditor dos riscos de distorção relevante.
  - (C) não é afetada nem pela avaliação do auditor dos riscos de distorção relevante, nem pela qualidade da evidência de auditoria.
  - (D) é afetada pela avaliação do auditor dos riscos de distorção relevante e também pela qualidade da evidência de auditoria.
  - (E) é afetada pela avaliação do auditor dos riscos de distorção relevante, mas não pela qualidade da evidência de auditoria.
- 
29. Considere a situação hipotética abaixo.
- Executando amostragem em teste de evidência de autorização, o auditor escolhe um cheque cancelado, e, inspecionando-o, conclui que foi apropriado o cancelamento, de modo que não houve, naquele caso, desvio.*
- O regulamento do CFC aplicável à amostragem estabelece que
- (A) é vedada a escolha de outro cheque cancelado para examinar, o que é referido na norma como "procedimento em item perdido".
  - (B) é possível a escolha de outro cheque cancelado para examinar, o que é referido na norma como "procedimento em item de substituição".
  - (C) é obrigatória a escolha de outro cheque cancelado para examinar, o que é referido na norma como "procedimento alternativo adequado".
  - (D) é recomendável a escolha de outro cheque cancelado para examinar, o que é referido na norma como "procedimento impossível".
  - (E) é vedada a análise de outro cheque cancelado para examinar, o que é referido na norma como "procedimento alternativo inadequado".
- 
30. A equipe técnica incumbida de realizar trabalho de perícia contábil
- (A) não deve empregar o trabalho de terceiros.
  - (B) pode empregar o trabalho de terceiros, desde que conste expressamente do termo de diligência, com responsabilização dos terceiros pela parcela do trabalho que produzirem.
  - (C) pode empregar o trabalho de terceiros, que devem ser supervisionados e orientados pelo perito, que se responsabiliza pela parcela do trabalho que produzirem.
  - (D) pode empregar o trabalho de terceiros, desde que conste expressamente do laudo pericial contábil, com responsabilização dos terceiros pela parcela do trabalho que produzirem.
  - (E) não pode empregar o trabalho de terceiros, declaração que deve constar expressamente do parecer pericial contábil.





## Estatística

31. Conforme um levantamento realizado em um órgão público e analisando a distribuição dos salários, em R\$ 1.000,00, de todos os seus funcionários, obteve-se a tabela de frequências absolutas abaixo, com  $k$  sendo um número inteiro positivo.

Salários (s)	Número de Funcionários
$2 < s \leq 4$	2 k
$4 < s \leq 6$	20
$6 < s \leq 8$	50
$8 < s \leq 10$	80
$10 < s \leq 12$	8 k
<b>Total</b>	<b>40 k</b>

Considere que a média aritmética ( $Me$ ) foi calculada considerando que todos os valores incluídos num certo intervalo de classe são coincidentes com o ponto médio deste intervalo, que a mediana ( $Md$ ) foi calculada pelo método da interpolação linear e que a moda ( $Mo$ ) foi obtida pela relação de Pearson, ou seja,  $Mo = 3 Md - 2 Me$ . O valor encontrado para  $Mo$ , em R\$ 1.000,00, foi igual a

- (A) 1,76 k.  
 (B) 1,70 k.  
 (C) 1,64 k.  
 (D) 1,60 k.  
 (E) 1,82 k.
- 
32. Em uma empresa, o número de empregados que são mulheres está para o número de empregados que são homens assim como 2 está para 3. Decide-se extrair uma amostra aleatória de 4 empregados desta empresa, com reposição. A probabilidade de que nesta amostra haja no máximo 2 homens é de
- (A) 50,00%.  
 (B) 49,92%.  
 (C) 60,00%.  
 (D) 52,48%.  
 (E) 47,52%.
- 
33. Uma grande população formada pelos comprimentos de determinadas peças é normalmente distribuída com média  $\mu$  igual a 20 centímetros. Observa-se que 84% das peças da população possuem um comprimento inferior a 25 centímetros.

**Dados:** Escore reduzido da curva normal padrão ( $Z$ ) tal que a probabilidade  $P(0 < Z < z) = \alpha$ .

$z$	0,84	1,00	1,28	1,56	1,64
$\alpha$	0,30	0,34	0,40	0,44	0,45

Se 90% das peças possuem um comprimento superior a  $x$  centímetros, então,  $x$  é igual a

- (A) 12,2.  
 (B) 13,6.  
 (C) 11,8.  
 (D) 15,8.  
 (E) 14,7.
- 
34. De um estudo, obtiveram-se informações de uma amostra aleatória extraída de uma população. Em um teste de hipóteses, foram formuladas as hipóteses  $H_0$  (hipótese nula) e  $H_1$  (hipótese alternativa) para analisar um parâmetro da população com base nos dados da amostra. O nível de significância deste teste corresponde à probabilidade de
- (A) não rejeitar  $H_0$ , dado que  $H_0$  é falsa.  
 (B) rejeitar  $H_0$ , dado que  $H_0$  é falsa.  
 (C) rejeitar  $H_0$ , dado que  $H_0$  é verdadeira.  
 (D) não rejeitar  $H_0$ , independente de  $H_0$  ser falsa ou verdadeira.  
 (E) rejeitar  $H_0$ , independente de  $H_0$  ser falsa ou verdadeira.

35. Analisando as vendas trimestrais realizadas pela empresa Gama no período de 2016 a 2018, obteve-se a equação da tendência utilizando o método dos mínimos quadrados com base nestas 12 observações, ou seja,  $X_t = 10 + 1,5 t$ , em que X corresponde às vendas trimestrais (em milhões de reais) e  $t = 1$  representa o primeiro trimestre de 2016,  $t = 2$  representa o segundo trimestre de 2016 e assim por diante.

Dados: Índices sazonais corrigidos para o modelo multiplicativo.

Trimestre	1º	2º	3º	4º
Índices Sazonais	0,5	0,3	1,2	1,0

A previsão das vendas para o segundo trimestre de 2020, levando em conta o movimento sazonal do período e considerando o modelo multiplicativo, é igual, em milhões de reais, a

- (A) 11,1.
- (B) 12,6.
- (C) 12,0.
- (D) 11,5.
- (E) 11,8.

**Contabilidade Geral**

36. No dia 31/10/2018 a empresa Tecnologia de Revenda S.A. adquiriu mercadorias para revenda, tendo pago os seguintes valores:
- Fornecedor: R\$109.500,00
  - Frete para transporte das mercadorias até a empresa: R\$ 2.500,00

No valor pago ao fornecedor estavam incluídos tributos recuperáveis no valor de R\$ 11.500,00 e tributos não recuperáveis no valor de R\$ 8.000,00.

Todas estas mercadorias foram negociadas em 18/12/2018 pelo valor de R\$ 225.000,00, mas foram vendidas com um desconto comercial de 10% em função da quantidade. A empresa pagou R\$ 2.250,00 de comissão para os vendedores e R\$ 3.500,00 de frete para entrega das mercadorias vendidas. O lucro bruto apurado pela empresa Tecnologia de Revenda S.A., especificamente em relação à compra e venda das mercadorias, foi, em reais,

- (A) 124.500,00.
- (B) 102.000,00.
- (C) 99.750,00.
- (D) 96.250,00.
- (E) 90.500,00.

37. Uma empresa realizou três aplicações financeiras no dia 01/12/2018 e as características de cada uma são apresentadas na tabela abaixo.

Valor Aplicado (R\$)	Data de vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/12/2018 (R\$)
400.000	30/06/2023	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	1,5%a.m.	412.000
400.000	31/10/2021	Mensuração ao custo amortizado	1%a.m.	420.000
400.000	30/09/2022	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2%a.m.	404.000

O valor total destas aplicações apresentado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2018, foi, em reais:

- (A) 1.218.000,00.
- (B) 1.234.000,00.
- (C) 1.236.000,00.
- (D) 1.216.000,00.
- (E) 1.220.000,00.



38. Os valores relacionados com as compras de mercadorias, por uma empresa, ocorridas durante o ano de 2018, foram os seguintes:
- Pagamento efetuado para o fornecedor das mercadorias: R\$ 431.250,00.
  - Pagamento de seguro para cobertura de riscos até a mercadoria chegar à sede da empresa: R\$ 30.000,00
  - Valor do frete pago para transportar as mercadorias até a empresa: R\$ 20.250,00.
- Nos diversos valores pagos pela empresa, estão incluídos tributos recuperáveis no valor de R\$ 33.750,00 e tributos não recuperáveis no valor de R\$ 24.000,00.
- A empresa conseguiu negociar no ano abatimentos sobre as diversas compras efetuadas no valor de R\$ 45.000,00. O estoque inicial de mercadorias estava registrado pelo valor de R\$ 150.000,00 e no final do período o saldo apresentado era R\$ 112.500,00.
- O custo das mercadorias vendidas (CMV) evidenciado no resultado do ano de 2018 foi, em reais,
- (A) 390.000,00.
  - (B) 410.250,00.
  - (C) 420.000,00.
  - (D) 485.250,00.
  - (E) 440.250,00.
- 
39. A empresa Quase Tudo S.A. apresentava, em determinada data, o valor de R\$ 120.000.000,00 para o Patrimônio Líquido contabilizado. A empresa Totalmente S.A. adquiriu, nessa data, 60% das ações da empresa Quase Tudo S.A., pagando o valor de R\$ 110.000.000,00, e passando a deter o seu controle. O valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da empresa Quase Tudo S.A. era R\$ 150.000.000,00 nessa data e a participação dos não controladores é mensurada pela parte que lhes cabe no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis.
- O valor reconhecido, na data da aquisição, no grupo Investimentos do balanço individual da empresa Totalmente S.A. foi, em reais,
- (A) 72.000.000,00.
  - (B) 150.000.000,00.
  - (C) 110.000.000,00.
  - (D) 66.000.000,00.
  - (E) 90.000.000,00.
- 
40. Uma empresa adquiriu, à vista, um equipamento por R\$ 8.000.000,00. A compra ocorreu em 30/06/2015. A empresa definiu a vida útil do equipamento em 8 anos e estimou o valor residual esperado para sua venda no final do prazo de vida útil em R\$ 1.280.000,00. A empresa vendeu o equipamento em 31/12/2017 por R\$ 5.960.000,00, valor este que foi recebido à vista. Sabendo que a empresa adota o método das quotas constantes para determinar a despesa de depreciação, o resultado apurado na venda do equipamento evidenciado na Demonstração do Resultado de 2017 foi:
- (A) Prejuízo no valor de R\$ 2.040.000,00.
  - (B) Lucro no valor de R\$ 460.000,00.
  - (C) Lucro no valor de R\$ 5.960.000,00.
  - (D) Lucro no valor de R\$ 60.000,00.
  - (E) Lucro no valor de R\$ 480.000,00.
- 
41. A Cia. Só Dívida obteve um empréstimo no valor de R\$ 30.000.000,00, em 01/12/2018. Tanto o principal quanto os juros serão pagos em 01/12/2025 e a taxa de juros compostos negociada foi 2% ao mês. Na data da obtenção do empréstimo, a empresa pagou R\$ 800.000,00 referentes aos custos de transação e a taxa de custo efetivo da operação foi 2,033% ao mês.
- É correto afirmar que a Cia. Só Dívida reconheceu
- (A) despesa financeira de R\$ 584.000,00 em dezembro de 2018.
  - (B) despesa financeira de R\$ 609.900,00 em dezembro de 2018.
  - (C) passivo total de R\$ 30.600.000,00, em 31/12/2018.
  - (D) despesa financeira de R\$ 1.400.000,00 em dezembro de 2018.
  - (E) despesa financeira de R\$ 593.636,00 em dezembro de 2018.



42. Em 31/12/2016, o saldo líquido da conta Intangíveis evidenciado no Balanço Patrimonial da empresa Invisível S.A. era R\$ 21.500.000,00, composto dos seguintes valores:

Custo de aquisição.....	25.000.000,00
(-) Amortização Acumulada .....	(3.500.000,00)
<b>(=) Valor contábil .....</b>	<b>21.500.000,00</b>

As notas explicativas dessa conta apresentavam, nessa data, as seguintes informações:

Tipo de Ativo Intangível	Custo de aquisição (R\$)	Amortização acumulada (R\$)	Vida útil
Patentes	17.500.000,00	3.500.000,00	20 anos
Marca adquirida	7.500.000,00	-	Indefinida
<b>Total</b>	<b>25.000.000,00</b>	<b>3.500.000,00</b>	-

A empresa adota o método linear para cálculo da despesa de amortização.

A empresa realizou, em 31/12/2017, o teste de redução ao valor recuperável (teste de *impairment*) para os dois ativos e obteve as seguintes informações:

Tipo de Ativo Intangível	Valor justo (R\$)	Valor em uso (R\$)
Patentes	Não existe	13.250.000,00
Marca adquirida	6.500.000,00	7.000.000,00

O saldo líquido evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 para a conta Intangíveis foi, em reais,

- (A) 20.250.000,00.  
 (B) 20.125.000,00.  
 (C) 19.750.000,00.  
 (D) 19.625.000,00.  
 (E) 20.625.000,00.
43. O Balanço Patrimonial de uma empresa, em 31/12/2017, apresentava no passivo o saldo de R\$ 840.000,00 na conta Provisões, que era composto dos valores abaixo.

Processo	Saldo em 31/12/2017
Ambiental	R\$ 300.000,00
Trabalhista	R\$ 540.000,00

Em 31/12/2018 a empresa analisou as condições destes dois processos e identificou dois novos processos que surgiram durante o ano, sendo que as seguintes informações sobre os processos foram obtidas junto à sua assessoria jurídica:

Processo	Probabilidade de Perda em 31/12/2018	Valor estimado em 31/12/2018 para as perdas
Ambiental	Provável	R\$ 240.000,00
Trabalhista	Provável	R\$ 400.000,00
Fiscal I (novo)	Possível	R\$ 450.000,00
Fiscal II (novo)	Provável	R\$ 270.000,00

Na Demonstração do Resultado de 2018, o efeito total que a empresa reconheceu, em função das provisões necessárias, foi:

- (A) Despesa total no valor de R\$ 70.000,00.  
 (B) Despesa total no valor de R\$ 720.000,00.  
 (C) Despesa total no valor de R\$ 270.000,00.  
 (D) Despesa total no valor de R\$ 520.000,00.  
 (E) Receita total no valor de R\$ 200.000,00.



44. Um contrato de arrendamento foi realizado por uma empresa para a utilização de um equipamento industrial. O contrato será pago em 36 parcelas mensais de R\$ 32.135,00 e uma parcela adicional no valor de R\$ 100.000,00 que deverá ser paga juntamente com a 36ª parcela mensal. As demais informações sobre o contrato são as seguintes:

- Data do contrato: 01/12/2018
- Taxa implícita de juros do contrato: 1,2% ao mês
- Valor presente das parcelas em 01/12/2018: R\$ 1.000.000,00
- Vida útil do equipamento para a empresa: 7 anos
- Valor residual esperado de venda do equipamento pela empresa: R\$ 328.000,00

O valor total das despesas que afetaram o resultado de dezembro de 2018, decorrentes do contrato de arrendamento citado foi, em reais:

- (A) 32.135,00.
- (B) 12.000,00.
- (C) 20.000,00.
- (D) 8.000,00.
- (E) 23.904,76.

45. As contas do Patrimônio Líquido de uma empresa em 31/12/2017 apresentavam os seguintes saldos:

Capital Social .....	R\$ 250.000,00
Reservas de Capital .....	R\$ 25.000,00
Reservas de Lucros .....	R\$ 150.000,00
Ações em Tesouraria .....	R\$ 50.000,00

Os seguintes fatos, relacionados com a atividade da empresa, ocorreram durante ano de 2018:

- Em junho de 2018, foi recebido em doação um terreno no valor de R\$ 30.000,00, sem quaisquer restrições a serem cumpridas pela empresa.
- O lucro líquido apurado em 2018 foi R\$ 90.000,00.
- Foram propostos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 22.500,00.
- Foi constituída Reserva de Incentivos Fiscais no valor de R\$ 15.000,00.
- As Ações em Tesouraria foram totalmente vendidas por R\$ 60.000,00.

O valor do Patrimônio Líquido da empresa, em 31/12/2018, era, em reais,

- (A) 502.500,00.
- (B) 552.500,00.
- (C) 465.000,00.
- (D) 542.500,00.
- (E) 532.500,00.

46. São apresentados abaixo os Balanços Patrimoniais em 31/12/16 e 31/12/17, e a Demonstração do Resultado de 2017 da empresa Celulares à Válvula S.A.

Balanços Patrimoniais			(em reais)		
Ativo	31/12/16	31/12/17	Passivo	31/12/16	31/12/17
<b>Ativo Circulante</b>	<b>765.000</b>	<b>1.179.000</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>315.000</b>	<b>210.000</b>
Caixa e equivalentes de caixa	540.000	969.000	Fornecedores	255.000	135.000
Valores a receber de clientes	105.000	180.000	Impostos a pagar	60.000	75.000
Estoques	120.000	30.000			
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>450.000</b>	<b>810.000</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>300.000</b>	<b>471.000</b>
Imobilizado			Empréstimos	300.000	471.000
Imóveis	450.000	900.000			
(-) Depreciação acumulada	-	(90.000)	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>600.000</b>	<b>1.308.000</b>
			Capital social	600.000	900.000
			Reservas de lucros	-	408.000
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.215.000</b>	<b>1.989.000</b>	<b>Total do Passivo + PL</b>	<b>1.215.000</b>	<b>1.989.000</b>

**Demonstração do Resultado - 01/01/2017 a 31/12/2017 (em reais)**

Receitas de vendas	2.040.000
(-) Custo dos produtos vendidos	(1.260.000)
<b>(=) Resultado bruto</b>	<b>780.000</b>
(-) Despesas operacionais	
Despesas com salários	(180.000)
Despesa com seguros	(96.000)
Despesa de depreciação	(90.000)
(+) Outras receitas	
Resultado na venda de imóveis	240.000
<b>(=) Resultado antes dos efeitos financeiros</b>	<b>654.000</b>
(-) Despesa financeira (juros)	(21.000)
<b>(=) Resultado antes dos impostos</b>	<b>633.000</b>
(-) Despesa com impostos sobre o lucro	(225.000)
<b>(=) Resultado líquido</b>	<b>408.000</b>

As seguintes informações adicionais são conhecidas:

O saldo da conta imóveis existente em 31/12/16 corresponde ao custo de um terreno que foi vendido à vista em 2017.

- No período não ocorreu o pagamento da despesa financeira (juros).
- O aumento de capital em 2017 foi realizado parte em dinheiro (R\$ 150.000,00) e parte com a incorporação de imóveis no valor de R\$ 150.000,00.
- Do valor dos demais imóveis adquiridos em 2017, R\$ 150.000,00 foram pagos com recursos obtidos de um novo empréstimo e o restante com recursos próprios da empresa.

O caixa gerado nas atividades operacionais da empresa no ano de 2017 foi, em reais,

- (A) 519.000,00.
- (B) 279.000,00.
- (C) 189.000,00.
- (D) 429.000,00.
- (E) 609.000,00.

47. Utilizando os dados do Balanço Patrimonial de uma empresa em 31/12/2016, foram obtidas as seguintes informações:

- Ativo Não Circulante = R\$ 2.100.000,00
- Passivo Circulante = R\$ 800.000,00
- Índice de liquidez corrente = 1,5
- Concentração da dívida no curto prazo = 40%

Em 31/12/2016, o valor total do Patrimônio Líquido da empresa era R\$ 1.160.000,00. Sabe-se que durante o ano 2016 não houve aumento de Capital nem proposta de distribuição de dividendos. Se ainda não foi realizada a distribuição do resultado obtido em 2016, o resultado Líquido obtido pela empresa neste período foi, em reais,

- (A) 140.000,00 (Lucro).
- (B) 75.000,00 (Lucro).
- (C) 250.000,00 (Prejuízo).
- (D) 640.000,00 (Lucro).
- (E) 640.000,00 (Prejuízo).



### Contabilidade Aplicada ao Setor Público

48. Considere as informações abaixo referentes à aquisição e à distribuição de 220 mochilas escolares em uma determinada entidade pública municipal.
- 25/01/2019: empenho da despesa no valor de R\$ 11.000,00 referente à aquisição de 220 mochilas escolares.
- 05/02/2019: o fornecedor entregou as 220 mochilas escolares e, nesta mesma data, a despesa foi liquidada pelo valor total do empenho.
- 19/02/2019: pagamento da despesa referente à aquisição das 220 mochilas escolares pelo valor total do empenho.
- 04/03/2019: distribuição das 220 mochilas escolares aos alunos do ensino fundamental de uma escola municipal.
- De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o resultado de execução orçamentária, apurado conforme a Lei nº 4.320/1964, e o resultado patrimonial da entidade pública municipal foram impactados, respectivamente, em
- (A) 25/01/2019 e 05/02/2019.
- (B) 25/01/2019 e 04/03/2019.
- (C) 19/02/2019 e 05/02/2019.
- (D) 19/02/2019 e 04/03/2019.
- (E) 05/02/2019 e 05/02/2019.

49. De acordo com a NBC TSP 04, o estoque de
- (A) produto agrícola no ponto de colheita deve ser mensurado pelo valor de custo ou pelo valor justo na data das demonstrações contábeis, dos dois o maior.
- (B) alimentos que será utilizado para a preparação da merenda a ser distribuída gratuitamente em uma escola municipal deve ser mensurado pelo custo histórico ou pelo valor justo na data da demonstração contábil, dos dois o maior.
- (C) produtos a ser distribuído por meio de cesta básica por valor irrisório diretamente cobrado do beneficiário deve ser mensurado pelo preço médio ponderado das compras ou pelo custo de liberação, dos dois o menor.
- (D) medicamentos a ser distribuído gratuitamente à população carente por um ente público deve ser mensurado pelo valor de custo ou pelo custo que o referido ente incorreria para adquirir o mesmo ativo na data da demonstração contábil, dos dois o menor.
- (E) material de serviço postal mantido para venda a preços praticados no mercado deve ser mensurado pelo custo que a entidade pública incorreria para adquirir o mesmo ativo na data da demonstração contábil.

Atenção: Para responder às questões de números 50 e 51, utilize os dados abaixo.

Os dados foram extraídos das demonstrações contábeis de um determinado ente público municipal e são referentes ao exercício financeiro de 2018:

	Valores em reais
Previsão atualizada da receita orçamentária .....	58.700.000.000,00
Receita orçamentária lançada .....	58.300.000.000,00
Receita orçamentária arrecadada.....	57.100.000.000,00
Dotação atualizada da despesa orçamentária.....	59.000.000.000,00
Despesa orçamentária empenhada.....	58.750.000.000,00
Despesa orçamentária liquidada.....	55.500.000.000,00
Despesa orçamentária paga.....	53.100.000.000,00
Transferências financeiras recebidas .....	9.250.000.000,00
Recebimento de caução depositada como garantia de contratos firmados.....	590.000.000,00
Pagamento de restos a pagar processados.....	5.500.000.000,00
Pagamento de restos a pagar não processados.....	300.000.000,00
Reconhecimento de perdas involuntárias com estoques.....	200.000.000,00
Reconhecimento de reversão de redução a valor recuperável de bens móveis.....	980.000.000,00

50. O resultado financeiro evidenciado no balanço financeiro referente ao ano de 2018 foi positivo, em reais, em
- (A) 7.450.000.000,00.
- (B) 9.240.000.000,00.
- (C) 2.390.000.000,00.
- (D) 6.860.000.000,00.
- (E) 8.040.000.000,00.



51. O resultado de execução orçamentária, apurado conforme a Lei nº 4.320/1964, referente ao exercício financeiro de 2018 foi
- (A) deficitário em R\$ 2.830.000.000,00.
  - (B) deficitário em R\$ 1.650.000.000,00.
  - (C) superavitário em R\$ 1.240.000.000,00.
  - (D) superavitário em R\$ 11.440.000.000,00.
  - (E) superavitário em R\$ 8.190.000.000,00.
- 
52. No que se refere às demonstrações contábeis de um determinado ente público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público determina que o valor
- (A) do passivo mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado deve ser classificado como passivo não circulante no Balanço Financeiro do referido ente.
  - (B) da obtenção de uma operação de crédito por antecipação da receita orçamentária deve ser evidenciado como receita de capital arrecadada no Balanço Orçamentário do referido ente.
  - (C) da inscrição em restos a pagar processados deve ser evidenciado em ingressos extraorçamentários no Balanço Financeiro do referido ente.
  - (D) da despesa empenhada com a aquisição de material de limpeza deve ser evidenciado como variação patrimonial diminutiva na Demonstração do Resultado do Exercício do referido ente.
  - (E) dos passivos contingentes deve ser reconhecido no passivo circulante do Balanço Patrimonial do referido ente.
- 
53. Um processo judicial foi instaurado contra determinado ente público municipal em 21/11/2017. Nesta mesma data, o departamento jurídico classificou como provável a probabilidade de saída de recursos para liquidar a obrigação, cujo valor foi estimado em R\$ 550.000,00. Em 09/10/2018, após decisão judicial referente ao processo instaurado em 21/11/2017, o referido ente público ficou obrigado a liquidar a obrigação em 18/01/2019, entretanto, o valor total a ser pago foi fixado em R\$ 570.000,00. Desse modo, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em 09/10/2018, a decisão judicial deu origem a uma variação patrimonial diminutiva no valor de, em reais,
- (A) 570.000,00, em uma classe pertencente à natureza da informação de resultado do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
  - (B) 20.000,00, em uma classe pertencente à natureza da informação de resultado do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
  - (C) 570.000,00, em uma classe pertencente à natureza da informação orçamentária do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
  - (D) 20.000,00, em uma classe pertencente à natureza da informação orçamentária do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
  - (E) 20.000,00, em uma classe pertencente à natureza da informação patrimonial do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
- 
54. No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público de um determinado ente público, as contas "Execução dos Atos Potenciais Ativos", "Execução da Receita" e "Adiantamentos a Fornecedores" pertencem, respectivamente, às classes
- (A) 7, 5 e 2.
  - (B) 8, 5 e 1.
  - (C) 7, 6 e 2.
  - (D) 8, 6 e 1.
  - (E) 7, 5 e 1.
- 
55. De acordo com a NBC TSP 12, os fluxos de caixa decorrentes das atividades operacionais são basicamente derivados
- (A) das principais atividades geradoras de caixa de uma entidade, como são os recebimentos de caixa pela venda de mercadorias e pela prestação de serviços.
  - (B) da aquisição e da venda de ativos permanentes, como são os pagamentos em caixa para a compra de veículos e terrenos.
  - (C) da mudança no tamanho e na composição do endividamento de uma entidade, como são as amortizações de empréstimos e financiamentos contraídos.
  - (D) das atividades primárias e secundárias geradoras de caixa de uma entidade, como são os recebimentos de caixa provenientes da emissão de notas promissórias.
  - (E) das saídas de caixa que resultam no reconhecimento de um ativo nas demonstrações contábeis de uma entidade, como são os custos de desenvolvimento ativados e ativos imobilizados de construção própria.





### Contabilidade de Custos

56. A Cia. Só Rolos produz quatro tipos de rolos: A, B, C e D. As informações referentes a cada tipo são apresentadas abaixo.

Produtos	A	B	C	D
Preço de venda (unitário)	\$ 90	\$ 90	\$ 90	\$ 90
Custos variáveis (unitário)	\$ 22	\$ 25	\$ 24	\$ 16
Custos fixos (unitário)	\$ 16	\$ 13	\$ 18	\$ 17
Despesas variáveis (unitário)	\$ 6	\$ 2	\$ 6	\$ 8
Despesas fixas (unitário)	\$ 3	\$ 1	\$ 3	\$ 4

Os custos fixos são comuns aos quatro tipos de rolos e alocados com base nos volumes produzidos. As despesas fixas são alocadas em função das despesas variáveis unitárias. Sabendo que a empresa tem recursos limitados para investir em propaganda e que o objetivo é a maximização do lucro, a ordem de prioridade em que os produtos devem ter sua venda incentivada é

- (A) D, A, C e B.
- (B) D, B, A e C.
- (C) D, A, B e C.
- (D) B, D, A e C.
- (E) B, A, D e C.

57. A Cia. Gira Gira, ao analisar o processo de produção e venda de seu único produto no mês de abril de 2019, obteve as seguintes informações:

Custos fixos: R\$ 650.000,00  
 Custos variáveis: R\$ 50,00 por unidade  
 Despesas fixas: R\$ 100.000,00  
 Despesas variáveis: R\$ 25,00 por unidade  
 Preço bruto de venda: R\$ 200,00 por unidade  
 Comissões de venda: 5% do preço bruto de venda  
 Impostos sobre a Venda: 10% da receita bruta de vendas

Sabendo que não havia estoques no início de abril de 2019, que a Cia. Gira Gira produziu integralmente 5.000 unidades nesse mês e utiliza o método de custeio por absorção, o custo unitário da produção de abril de 2019 foi, em reais,

- (A) 50,00.
- (B) 130,00.
- (C) 180,00.
- (D) 200,00.
- (E) 190,00.

58. A indústria Só Batuque, para produzir seu único produto, incorreu nos seguintes gastos:

Custos fixos: R\$ 175.000,00  
 Custos variáveis:  
 Matéria-prima: R\$ 12,00/unidade  
 Mão de obra direta: R\$ 3,00/unidade  
 Despesas fixas: R\$ 25.000,00  
 Despesas variáveis: R\$ 3,00/unidade  
 Comissões de venda: 5% do preço de venda

**Informações adicionais:**

Preço de venda: R\$ 80,00/unidade  
 Impostos sobre a Venda: 10% da receita de vendas

Com base nestas informações e sabendo que a empresa deseja obter um lucro de R\$ 100.000,00 e que adota o custeio por absorção, o ponto de equilíbrio econômico da indústria Só Batuque, em unidades, é

- (A) 6.000.
- (B) 4.000.
- (C) 3.500.
- (D) 5.660.
- (E) 5.500.



59. A Cia. Só Máquinas, ao analisar o desempenho operacional de seu setor produtivo, obteve as informações abaixo.

Custo-padrão			
Matéria-prima	3 kg/unidade	R\$ 10,00/kg	R\$ 30,00/unidade

  

Custos reais			
Matéria-prima	3,1 kg/unidade	R\$ 11,00/kg	R\$ 34,10/unidade

Com base nas informações acima, a variação

- (A) do preço da matéria-prima por unidade foi R\$ 1,00 desfavorável.
- (B) de preço da matéria-prima por unidade foi R\$ 3,00 desfavorável.
- (C) da quantidade de matéria-prima por unidade foi R\$ 1,00 favorável.
- (D) mista (devida ao preço e à quantidade) por unidade foi R\$ 1,10 desfavorável.
- (E) do preço da matéria-prima por unidade foi R\$ 4,10 desfavorável.

60. A Cia. Construções produz os produtos A, B e C utilizando um único departamento. Ao analisar a produção ocorrida no mês de janeiro de 2019, a Cia. obteve as informações abaixo.

Produto	Matéria-prima	Mão de obra direta	Quantidade total produzida	Preço de venda	Horas de mão de obra direta
A	\$ 80/unidade	\$ 100/unidade	1.000	\$ 300/unidade	1,2h/unidade
B	\$ 90/unidade	\$ 100/unidade	2.000	\$ 250/unidade	1,5h/unidade
C	\$ 100/unidade	\$ 70/unidade	1.000	\$ 350/unidade	1,3h/unidade

Sabe-se que a Cia. Construções utiliza o custeio por absorção, que os custos indiretos totais incorridos no mês de janeiro de 2019 foram R\$ 165.000,00, os quais são alocados aos produtos em função da quantidade de horas de mão de obra direta total utilizada. Com base nestas informações e sabendo que não havia estoques iniciais e finais de produtos em processo, o custo unitário de produção do mês de janeiro de 2019 foi

- (A) 180,00 para o produto A.
- (B) 190,00 para o produto B.
- (C) 203,00 para o produto C.
- (D) 216,00 para o produto A.
- (E) 200,00 para o produto C.

### Direito Administrativo

61. A licitação para contratação de concessão de serviço público regida pela Lei nº 8.987/1995 é precedida, dentre outros requisitos, de

- (A) edição de lei que autoriza a outorga e aprova o regulamento do contrato, incluindo prazo de vigência, tarifa a ser praticada e taxa interna de retorno.
- (B) publicação de ato do poder concedente, veiculando as razões que justificam a outorga, sob o prisma da conveniência e oportunidade.
- (C) promulgação de lei autorizativa da contratação, cabendo ao poder concedente a edição de ato vinculado para a definição do objeto, condições da prestação dos serviços e hipóteses de extinção.
- (D) edição de ato administrativo de natureza vinculada, reconhecendo ser a concessão a única alternativa possível para a prestação dos serviços.
- (E) emissão de ato justificando a conveniência e oportunidade do contrato para os casos em que a execução dos serviços também envolva obra pública, com valor mínimo de investimentos de R\$ 10.000.000,00.



62. Um particular apresentou requerimento a determinado órgão da administração estadual. Passados 60 dias sem que a Administração pública tenha emitido decisão a respeito, o requerente
- (A) deve pleitear ao Judiciário provimento jurisdicional que supra a ausência de manifestação da Administração pública.
  - (B) pode considerar deferido seu pedido, independentemente da natureza do ato administrativo pleiteado.
  - (C) pode requerer ao Poder Judiciário o suprimento da decisão administrativa em sendo vinculada a natureza do ato administrativo pleiteado.
  - (D) deve considerar indeferido seu pedido, não sendo possível ao Judiciário suprir a ausência de decisão administrativa.
  - (E) pode requerer ao Poder Judiciário que imponha à Administração pública o dever de praticar o ato, não sendo permitindo que decisão judicial substitua a decisão administrativa.
- 
63. Considerando as hipóteses de contratação direta passíveis de serem adotadas pela Administração pública, a licitação pode ser
- (A) dispensada ou dispensável, quando o substrato fático demonstrar que o certame poderia ser realizado, mas a lei expressamente autoriza que não seja feito.
  - (B) dispensável ou inexigível, somente quando não se concretizar hipótese de competição possível para a execução do objeto que se pretende contratar.
  - (C) dispensável, quando a lei expressamente autoriza a não realização de licitação que, em verdade, não seria exitosa diante da impossibilidade de competição.
  - (D) dispensada, quando em verdade não configura a possibilidade de licitação, ainda que a hipótese fática tenha sido listada como tal.
  - (E) inexigível, que sempre se coloca diante da identificação de um único fornecedor capaz da execução do objeto.
- 
64. O reequilíbrio econômico-financeiro de determinado contrato pode
- (A) ser exigido pelo contratado, sempre que o fundamento do pleito seja atuação da Administração pública, salvo quando se tratar de contrato sob regime exclusivo da Lei nº 8.666/1993.
  - (B) ser disciplinado na matriz de risco do contrato, possibilitando a repactuação das condições contratadas sempre que as partes pretenderem introduzir alterações no objeto.
  - (C) se tornar necessário, por exemplo, em virtude de fatos imprevisíveis, sejam externos ao contrato regido pela Lei nº 8.666/93 ou decorrentes de intervenções da Administração pública que onerem demasiadamente a execução contratual.
  - (D) constituir importante ferramenta para introdução de novas obrigações no objeto contratual, tendo em vista que sempre que houver alguma modificação nas condições da prestação do serviço, caberá ao poder público promover as correções necessárias ao valor de remuneração.
  - (E) ser negado pela Administração pública, por razões de conveniência e oportunidade, quando seu deferimento puder implicar acréscimo de despesa não prevista no orçamento.
- 
65. As decisões proferidas em processo administrativo que: (I) tenham se baseado em fatos ou motivos inexistentes; (II) tenham sido proferidas por autoridade incompetente; (III) não tenham sido motivadas; ou (IV) se destinem a finalidade distinta daquela indicada:
- (A) Podem ser objeto de revisão pela própria Administração, desde que não tenham transitado em julgado, o que impede a reversibilidade dos efeitos produzidos.
  - (B) Devem ser revogadas pela própria Administração, ainda que com fundamento em vício de legalidade, na medida em que a análise de oportunidade e conveniência se dá no âmbito do cabimento ou não da revisão.
  - (C) Podem ser anuladas pela Administração pública ou pelo Poder Judiciário, desde que de natureza discricionária.
  - (D) Podem ser anuladas pelo Tribunal de Contas competente, como exercício regular de atividade de fiscalização dos atos administrativos ordinários e de caráter disciplinar.
  - (E) Devem ser anuladas pela própria Administração, observado o prazo decadencial previsto na legislação e considerando que não sejam sanáveis os vícios identificados.
- 
66. A celebração de parcerias entre o poder público e organizações da sociedade civil implica assunção de direitos e obrigações para consecução de projetos de interesse público. A Lei nº 13.019/2014 estabeleceu algumas vedações à celebração das modalidades de parceria que instituiu, como forma de prezar pela lisura das relações firmadas pela Administração pública. Ficam impedidas de firmar parcerias nos moldes da legislação mencionada, as organizações da sociedade civil
- (A) cujo dirigente tenha sido condenado por ato de improbidade, desde que na modalidade que gera prejuízo ao erário, porque esta exige conduta dolosa.
  - (B) que tenham sido sancionadas administrativamente, desde que cumulativamente com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração pública.
  - (C) cujo dirigente, em representação apresentada ao Tribunal de Contas, tenha sido acusado de conduta violadora da legalidade na execução de contrato com a Administração pública.
  - (D) cujas contas referentes a outras parcerias firmadas com a Administração pública tenham sido julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas.
  - (E) que mantenham outros contratos de parceria regidos pela Lei nº 13.019/2014 com a Administração pública, como medida de isonomia e igualdade de competição.

67. Uma autarquia municipal desprovida de receitas próprias, porque atuante essencialmente no setor fiscalizatório, é proprietária de dois imóveis. Em um dos imóveis funciona a sede da autarquia; o outro está locado para um estacionamento, a fim de gerar receitas para investimento. Um credor da autarquia pleiteou judicialmente a penhora do imóvel onde funciona o estacionamento, sob o fundamento de que não estaria afetado a serviço público nenhum. O pedido
- (A) não pode ser deferido, pois a destinação para o estacionamento configura afetação a serviço público, ainda que em sentido amplo.
- (B) pode ser deferido, considerando que o imóvel não se presta ao atendimento do escopo institucional da autarquia.
- (C) não pode ser deferido, tendo em vista que os bens públicos das autarquias são protegidos pelo regime de bens públicos, sendo impenhoráveis, ainda que os de natureza dominical.
- (D) pode ser deferido, pois o imóvel penhorado não configura bem público de uso comum do povo, sendo que os de uso especial, natureza do bem, não são protegidos pela impenhorabilidade.
- (E) não deve ser deferido, por razões de isonomia em relação aos demais credores, tendo em vista que a autarquia é proprietária de apenas um imóvel passível de garantir dívidas assumidas.
- 
68. Uma empresa pública pretende se desfazer de bens públicos adquiridos enquanto prestava serviço público regular e formalmente por delegação do poder concedente cuja organização administrativa integra. Para tanto,
- (A) poderá demonstrar já ter havido amortização dos investimentos para aquisição do bem, bem como que este não está mais afetado ao serviço público, sendo, assim, inservível e passível de alienação.
- (B) deverá promover prévia alienação ao poder concedente e, este, por meio de decisão discricionária, decide pela alienação onerosa ou não do bem.
- (C) pode promover alienação direta, na forma da lei, não sendo necessária prévia submissão a certame de nenhuma natureza.
- (D) poderá realizar licitação, com fundamento na Lei nº 8.666/1993, cabendo a escolha da modalidade com base no valor do bem a ser alienado.
- (E) caberá alienar o bem ao poder concedente, ao qual pertencem os bens afetados ao serviço público, ainda que essa condição fática não mais proceda.
- 
69. O regular exercício de poder de polícia pela Administração pública
- (A) depende de ratificação pelo Poder Judiciário dos atos de intervenção e de interdição, considerando que excedem o âmbito da limitação de direitos e da supremacia do interesse público.
- (B) implica instituição de obrigações aos administrados para melhor atendimento do interesse público, vedada a imposição de proibições sem previsão expressa em lei, dado o princípio da livre iniciativa.
- (C) insere-se dentre as funções típicas executivas, com a possibilidade de, nessa matéria, edição de atos administrativos e normativos de natureza originária.
- (D) sujeita-se a controle repressivo por parte do Legislativo e do Judiciário, incidente em caso concreto, sob pena de não caracterização de dano ou prejuízo específico.
- (E) admite delegação à iniciativa privada de alguns aspectos, a exemplo das atividades meio, que não afetam direitos diretamente.
- 
70. A natureza do contrato administrativo que se pretende celebrar pode interferir na escolha da modalidade de licitação cabível, a exemplo
- (A) das contratações efetuadas pelo sistema de registro de preços, cujas licitações antes eram restritas à modalidade de concorrência, posteriormente também permitidas por meio de pregão.
- (B) dos contratos disciplinados pelo regime diferenciado de contratações, que admitem a combinação das modalidades de concorrência e leilão para agilização do resultado.
- (C) das parcerias público-privadas, restritas à modalidade concorrência, salvo se referente à licitação de outro objeto idêntico, quando o pregão passa a ser uma alternativa.
- (D) dos consórcios públicos, desde que constituídos por entes federados, que não se submetem à licitação para contratar ou para serem contratados.
- (E) da contratação de prestadores de serviços, que se submetem subsidiariamente às normas disciplinadoras das relações funcionais dos servidores públicos.

**Direito Tributário e Legislação Municipal**

71. De acordo com a Constituição Federal, com a Lei Complementar nº 87/1996 e com a Lei Complementar nº 116/2003, a prestação, não onerosa, de serviços de comunicação
- (A) não dá ensejo à exigência do ISSQN, mas dá ensejo à do ICMS.
  - (B) não dá ensejo à exigência do ICMS, nem do ISSQN.
  - (C) dá ensejo à exigência do ISSQN, do IOF e do IPI.
  - (D) não dá ensejo à exigência do ICMS, mas dá ensejo à do ISSQN.
  - (E) dá ensejo à exigência tanto do ICMS, como do ISSQN.
- 
72. João conheceu Joaquina em um cruzeiro que fizeram pelo Rio Amazonas. Em razão da amizade que travaram, João, domiciliado no Município de Itacoatiara/AM, vendeu para Joaquina, domiciliada em Belém/PA, um apartamento localizado em bairro nobre do Município de Manaus/AM, dando ensejo, com isso, à incidência do ITBI. A escritura de venda e compra foi firmada em cartório localizado no Município de Santarém/PA. De acordo com a Constituição Federal, o imposto devido em razão desta venda poderá ser lançado e cobrado pelo Município de
- (A) Itacoatiara, local de embarque para a realização do cruzeiro pelo Rio Amazonas.
  - (B) Belém, por ser o Município de domicílio da adquirente.
  - (C) Santarém, local em que foi firmada a escritura de venda e compra.
  - (D) Itacoatiara, por ser o Município de domicílio do alienante.
  - (E) Manaus, por ser o Município de localização do imóvel.
- 
73. O Código Tributário Nacional estabelece que o crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas nesta Lei ou em lei tributária. De acordo com o referido Código, os juros de mora são calculados
- (A) à taxa de 6% ao ano, no mínimo, não havendo incidência destes juros na pendência de consulta formulada pelo devedor, dentro do prazo legal para pagamento do crédito.
  - (B) à taxa de 3% ao mês, se a lei não dispuser de modo diverso, sendo que não haverá incidência destes juros na pendência de consulta formulada pelo devedor.
  - (C) à taxa de 1% ao mês, se a lei não dispuser de modo diverso, sendo que não haverá incidência destes juros na pendência de consulta formulada pelo devedor, dentro do prazo legal para pagamento do crédito.
  - (D) *pro rata die*, à taxa de 18% ao ano, sendo que não haverá incidência destes juros somente nos casos em que a resposta de consulta formulada seja favorável ao sujeito passivo.
  - (E) com base na taxa SELIC, se a lei não dispuser de modo diverso.
- 
74. De acordo com o Código Tributário Nacional, a decadência e a prescrição tributárias ocasionam a extinção do crédito tributário. De outro lado, a Lei Orgânica do Município de Manaus atribui responsabilidade pessoal aos responsáveis pela ocorrência dessas duas causas extintivas do crédito tributário. De acordo com a referida Lei Orgânica, ocorrendo a decadência do direito de constituir o crédito tributário, ou a prescrição da ação de cobrá-lo,
- (A) o servidor municipal presumidamente responsável será afastado de suas funções, pelo prazo mínimo de 90 dias, podendo este prazo ser quadruplicado, nos casos em que tiver havido indícios de dolo, fraude ou simulação.
  - (B) abrir-se-á processo administrativo disciplinar para apurar as responsabilidades, na forma da lei, sendo que a autoridade municipal responsável pela ocorrência da decadência ou da prescrição responderá, civil, criminal e administrativamente por essa ocorrência, cumprindo-lhe indenizar o Município do valor dos créditos prescritos ou não lançados.
  - (C) a autoridade municipal presumivelmente responsável, qualquer que seja seu cargo, emprego ou função, e independentemente do vínculo que possuir com o Município, será sumariamente afastada de suas funções, pelo prazo de 60 dias, podendo este prazo ser quadruplicado, nos casos em que tiver havido indícios de dolo, fraude ou simulação, até que sejam apuradas as devidas responsabilidades.
  - (D) o servidor municipal presumivelmente responsável, excetuado aquele cujo cargo seja de provimento efetivo, será sumariamente afastado de suas funções, pelo prazo de 90 dias, podendo este prazo ser duplicado, nos casos em que tiver havido indícios comprovados de dolo, fraude ou simulação, e até que sejam apuradas as devidas responsabilidades.
  - (E) abrir-se-á processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade tão somente do Auditor Fiscal de Tributos Municipais ou do Procurador Municipal, conforme o caso, sendo que a responsabilização nas esferas civil, criminal e administrativa, bem como a obrigação de indenizar o Município do valor dos créditos prescritos ou não lançados, fica restrita aos casos em que restar comprovada a existência de dolo, fraude ou simulação.



75. O Código Tributário do Município de Manaus estabelece que a contribuição de melhoria terá, como *limite total*, a despesa realizada. Para efeito de determinação deste *limite total*, o referido Código estabeleceu, textualmente, que serão computadas, dentre outras, as despesas
- (A) de desapropriação.
  - (B) de estudo, projeto, administração e execução, excluídas as despesas de fiscalização.
  - (C) relativas a prêmios de reembolso e outros prêmios de praxe em financiamentos ou empréstimos, mas apenas nos casos em que o agente financeiro não for entidade pública.
  - (D) de bônus e prêmios para a empreiteira que concluir a obra no prazo contratado.
  - (E) relativas à depreciação de bens, públicos e privados, utilizados na obra, direta ou indiretamente.
- 
76. De acordo com o Decreto municipal nº 681, de 11 de julho de 1991, que regulamenta o Processo Administrativo Fiscal do Município de Manaus,
- (A) o contribuinte, desde que seja bacharel em Direito, poderá postular pessoalmente.
  - (B) o envio de petições, de impugnações, de recursos e a prática de atos processuais em geral, por meio eletrônico, serão admitidos, mediante uso de assinatura eletrônica, independentemente do credenciamento prévio do sujeito passivo na SEMEF.
  - (C) as intimações, mesmo quando feitas por meio eletrônico, não dispensam a publicação no órgão de imprensa oficial.
  - (D) é vedado aos órgãos de classe representar interesses gerais da respectiva categoria econômica ou profissional, facultada, porém, a postulação de interesses próprios do órgão postulante.
  - (E) o processo fiscal inicia-se mediante lavratura do auto de infração ou notificação de lançamento, distinto para cada tributo, ou através de denúncia escrita ou reduzida a termo.
- 
77. A Lei municipal nº 2.385, de 27 de dezembro de 2018, que institui o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Município de Manaus (CARF-M), estabelece que
- (A) as Câmaras Julgadoras reunir-se-ão, ordinariamente, duas vezes por semana.
  - (B) o Tribunal Pleno reunir-se-á, extraordinariamente, até três vezes por semana, conforme convocação da Presidência.
  - (C) o Tribunal Pleno reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por semana.
  - (D) o Tribunal Pleno reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao mês.
  - (E) as Câmaras Julgadoras reunir-se-ão, extraordinariamente, até três vezes por semana, conforme convocação da Presidência.
- 
78. O Decreto municipal nº 681, de 11 de julho de 1991, contempla diversas regras atinentes à consulta em matéria tributária, que pode ser formulada pelo interessado, relativamente aos tributos que podem ser instituídos pelo Município de Manaus. De acordo com esse Decreto, a consulta NÃO produzirá efeito quando
- (A) tiver sido formulada após a lavratura de auto de infração, ou nota de lançamento, cujos fundamentos se relacionem com a matéria objeto da consulta.
  - (B) o consulente, sujeito passivo de tributo municipal, estiver inadimplente em relação a qualquer um dos tributos instituídos, lançados e cobrados pelo Município.
  - (C) houver indícios, ainda que remotos, de que ela tem finalidade meramente protelatória.
  - (D) o objeto da consulta disser respeito apenas ao cumprimento de obrigação acessória relativa a tributo municipal.
  - (E) o consulente, sujeito passivo de tributo municipal, estiver inadimplente em relação ao tributo objeto da consulta formulada.
- 
79. De acordo com o Código Tributário Nacional, a anistia
- (A) deve ser concedida necessariamente em caráter limitado, vedada sua concessão em caráter geral.
  - (B) não se aplica aos atos que sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo.
  - (C) é uma forma de extinção do crédito tributário.
  - (D) abrange exclusivamente as infrações cometidas posteriormente à vigência da lei que a concede.
  - (E) só pode ser concedida por meio de lei ou de decreto.



80. Uma farmácia localizada no Município de Manaus tem 80% de seu faturamento representado pela comercialização de mercadorias, e os restantes 20% provenientes da prestação de serviços farmacêuticos. Sua atividade preponderante é, especificamente, o comércio de medicamentos. De acordo com a Lei municipal nº 2.251, de 02 de outubro de 2017, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) no Município de Manaus, quando esta farmácia prestar serviço farmacêutico de aplicação de injeção em cliente seu,
- (A) utilizando, na prestação do serviço, medicamento que o cliente adquiriu de outro fornecedor e que levou consigo para ser aplicado, haverá incidência do ISSQN, cuja base de cálculo, porém, será equivalente a 20% do valor da prestação, em razão de se tratar de atividade não preponderante.
  - (B) fornecendo, inclusive, o medicamento a ser utilizado na prestação do serviço, haverá incidência do ICMS sobre o valor total da prestação, ou seja, sobre a prestação do serviço e o material utilizado, em razão de sua atividade preponderante.
  - (C) fornecendo, inclusive, o medicamento a ser utilizado na prestação do serviço, haverá incidência do ISSQN sobre o valor da prestação, e haverá incidência do ICMS sobre o valor do material (mercadoria) utilizado, em razão de sua atividade preponderante.
  - (D) fornecendo, inclusive, o medicamento a ser utilizado na prestação do serviço, haverá incidência do ISSQN sobre o valor total da prestação, ou seja, sobre a prestação do serviço e o material utilizado.
  - (E) fornecendo, inclusive, o medicamento a ser utilizado na prestação do serviço, haverá incidência do ISSQN sobre 20% do valor da prestação, e haverá incidência do ICMS sobre 80% do valor do material (mercadoria) utilizado, em razão das respectivas proporções de receita do estabelecimento.
- 
81. De acordo com o Decreto municipal nº 681, de 11 de julho de 1991, que regulamenta o Processo Administrativo Fiscal no Município de Manaus e disciplina a produção e a análise das provas no âmbito do referido processo,
- (A) não prevalece a norma que permite a livre formação da convicção da autoridade julgadora, quando a decisão que vier a ser proferida reduzir, cancelar ou relevar crédito tributário, em montante superior ao equivalente a R\$ 100.000,00.
  - (B) o ônus da prova incumbe à Fazenda Pública, desde que não haja invocação formal da prerrogativa da fé pública do agente.
  - (C) todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados no referido Decreto, são hábeis para provar a verdade dos fatos arguidos.
  - (D) na apreciação da prova, a autoridade julgadora formará livremente sua convicção, exceto nos casos em que for proferir decisão contrária à Fazenda Pública e dessa decisão não couber recurso de ofício.
  - (E) a autoridade julgadora será responsabilizada funcionalmente, quando, tendo deixado de determinar a realização de diligência, vier a proferir decisão desfavorável à Fazenda Pública.
- 
82. De acordo com a Lei municipal nº 2.383, de 27 de dezembro de 2018, que dispõe sobre as Taxas de Licença de Localização (TL) e de Verificação de Funcionamento (TVF) no Município de Manaus, estão desobrigados de inscrever-se na repartição fiscal competente municipal, antes do início de suas atividades,
- (A) as pessoas que possuam estabelecimentos, unidades de produção ou auxiliares que estejam fora do campo de incidência ou sejam isentas da TL e TVF.
  - (B) estabelecimentos ou unidades de produção ou auxiliares de pessoas sujeitas à autorização municipal.
  - (C) aqueles que, embora não estabelecidos no Município, exerçam no território deste, em caráter temporário, habitual ou permanente, atividade sujeita à tributação municipal.
  - (D) as instituições imunes a impostos nos termos da Constituição Federal, não sujeitas à TL e TVF.
  - (E) aqueles que não sejam contribuintes de tributos municipais nem sejam estabelecidos no Município, embora comercializem mercadorias com pessoas jurídicas nele estabelecidas.
- 
83. Abigail, senhora idosa, residente em Manaus, sem herdeiros necessários, estabeleceu, por meio de testamento, o seguinte: Evelyn receberá um terreno localizado na cidade do Rio de Janeiro/RJ; Saulo receberá um sítio no interior do Estado do Amazonas; Adelina receberá um sobrado em Manaus/AM. Na mesma ocasião em que fez o referido testamento, Abigail decidiu, por meio de dois contratos onerosos distintos, fazer o seguinte: primeiramente, instituir Victor usufrutuário vitalício dos cinco veículos de passeio de propriedade dela e, em segundo lugar, instituir Rodrigo usufrutuário de um prédio de apartamentos de sua propriedade, localizado no centro da cidade de Manaus.
- De acordo com a Lei municipal manauara nº 459, de 30 de dezembro de 1998, o ITBI incidirá sobre a
- (A) transmissão do terreno para Evelyn, no momento da lavratura da escritura de testamento.
  - (B) transmissão do sítio para Saulo, no momento do óbito de Abigail.
  - (C) instituição do usufruto do prédio de apartamentos a favor de Rodrigo.
  - (D) transmissão do sobrado para Adelina, no momento em que ela o receber como legado de Abigail.
  - (E) instituição, a favor de Victor, do usufruto dos cinco veículos de passeio de propriedade de Abigail, desde que ele não os receba como antecipação de herança.

84. De acordo com a Lei municipal nº 1.697, de 20 de dezembro de 1983, que dispõe sobre o Código Tributário do Município de Manaus, o contribuinte da
- I. Taxa de Serviços em Cemitérios é o espólio da pessoa a ser ali sepultada.
  - II. Taxa de Vistoria é o beneficiário dos serviços, desde que se trate de pessoa jurídica, sendo ele o requerente ou não dos serviços.
  - III. Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares (TRSD) é o proprietário de bem imóvel situado em local onde o Município disponibilize a coleta dos resíduos sólidos domiciliares.
  - IV. Taxa de Expediente é o requerente do serviço.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
  - (B) II e III, apenas.
  - (C) I, II e III, apenas.
  - (D) III e IV, apenas.
  - (E) I e IV, apenas.
- 
85. Determinado Município constitui o crédito tributário relativo ao ITBI por meio de lançamento de ofício. A Fazenda Pública desse Município, por meio de autoridade fiscal municipal, constatou que certo contribuinte do ITBI, pessoa legalmente obrigada a prestar declaração para fins de lançamento do imposto, fê-lo no prazo e na forma da legislação tributária. Instado pela referida autoridade a prestar esclarecimentos a respeito das informações constantes da referida declaração, o contribuinte as prestou de forma insatisfatória, no entender da citada autoridade fiscal. De acordo com o Código Tributário Nacional, a referida autoridade fiscal
- (A) poderá efetuar o lançamento do referido tributo, de ofício.
  - (B) deverá notificar o contribuinte a proceder ao lançamento por homologação, antecipando o recolhimento do tributo, sem prévio exame da autoridade fiscalizadora.
  - (C) poderá inscrever a obrigação tributária em dívida ativa municipal.
  - (D) deverá promover a aplicação de penalidade cabível, ficando impedida, porém, de efetuar qualquer lançamento de tributo, em razão da falta de informações satisfatórias a respeito da matéria tributável.
  - (E) deverá encerrar os procedimentos de fiscalização e encaminhar o expediente à Procuradoria Fiscal do Município, a fim de que tome as medidas judiciais cabíveis.

86. De acordo com a Lei municipal nº 1.628, de 30 de dezembro de 2011, fica isento do IPTU o imóvel
- (A) qualificado como habitação econômica, assim entendido o imóvel cujo valor de mercado, no exercício de 2019, não seja superior a R\$ 45.700,00.
  - (B) de interesse histórico ou cultural, assim reconhecido pelo órgão federal competente, que tenha sua fachada e cobertura restaurada em suas características arquitetônicas originais, limitada a isenção ao prazo de 5 anos, contado da conclusão da obra de restauração.
  - (C) pertencente a portador de doença crônica terminal.
  - (D) de residência de portador de necessidades especiais (PDE), desde que este seja proprietário do imóvel, não possua rendimentos e esteja contemplado nos programas sociais dos governos federal, estadual e/ou municipal.
  - (E) de propriedade de pessoas com mais de 80 anos de idade, desde que nele resida.

87. O aparelho de televisão de Fabiano não está funcionando. Em razão disso, ele o levou, em seu próprio veículo, à empresa "Só Consertos Ltda.", localizada em Manaus, para que ela efetuasse os reparos necessários. Depois de examinar o aparelho, a citada empresa chegou à conclusão de que não tinha condições técnicas de efetuá-los e indagou o cliente se ele gostaria que o aparelho fosse remetido à empresa "Super Consertos Ltda.", localizada em Manaus, única empresa com condições técnicas de realizar o conserto daquele aparelho. O cliente concordou.

Em razão disso, e com a anuência do cliente, a empresa "Só Consertos Ltda." contratou, em seu próprio nome, e ainda pagou à transportadora "Manauara Transportes Ltda." para retirar o aparelho de seu estabelecimento e o levar até o estabelecimento da empresa "Super Consertos Ltda."

Com base na Lei municipal nº 2.251, de 02 de outubro de 2017,

- (A) o contribuinte do ISSQN relativo à prestação de serviço de transporte do aparelho de televisão é Fabiano, proprietário do bem transportado.
- (B) não há contribuinte do ISSQN relativo a esta prestação de serviço de transporte do aparelho de televisão, pois ela não está no campo de incidência do ISSQN.
- (C) o contribuinte do ISSQN relativo à prestação de serviço de transporte do aparelho de televisão é a empresa "Só Consertos Ltda.", ponto inicial da prestação de serviço de transporte.
- (D) o contribuinte do ISSQN relativo à prestação de serviço de transporte do aparelho de televisão é a empresa "Super Consertos Ltda.", destinatária final da prestação de serviço de transporte.
- (E) o contribuinte do ISSQN relativo à prestação de serviço de transporte do aparelho de televisão é a empresa transportadora "Manauara Transportes Ltda."





88. De acordo com a Lei municipal nº 2.385, de 27 de dezembro de 2018, que institui o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Município de Manaus (CARF-M), o
- (A) Corpo Deliberativo do Tribunal Pleno é formado por 12 Conselheiros titulares e por 08 Conselheiros suplentes.
  - (B) Presidente do Tribunal Pleno não profere voto ordinário, cabendo-lhe, porém, proferir voto de desempate, se for o caso.
  - (C) Corpo Deliberativo do Tribunal Pleno é composto por Conselheiros distintos daqueles que compõem as Câmaras Julgadoras.
  - (D) Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal Pleno serão, respectivamente, os Presidentes da Primeira e da Segunda Câmaras Julgadoras.
  - (E) Corpo Deliberativo do Tribunal Pleno é composto por Conselheiros distintos daqueles que compõem as Câmaras Julgadoras, exceto em relação ao Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal Pleno.
- 
89. A Lei Complementar nº 123/2006 estabelece que o Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, de diversos impostos e contribuições de competência dos Municípios, dos Estados e da União. Os impostos de competência municipal sujeitos a esta forma de recolhimento mensal são
- (A) o ITBI, excluídas as hipóteses em que ele é devido em relação aos serviços sujeitos à substituição tributária.
  - (B) a "taxa do lixo", referente ao recolhimento de resíduos sólidos, promovido pela municipalidade.
  - (C) o ISS, excluídas as hipóteses em que ele é devido em relação aos serviços sujeitos à substituição tributária ou retenção na fonte, e em relação à importação de serviços.
  - (D) o ISS devido na importação de serviços.
  - (E) o IPTU, excluídas as hipóteses em que ele é devido relativamente à substituição tributária.
- 
90. Não são raros os conflitos de competência entre o ISSQN e o ICMS, no que diz respeito à inclusão de serviços no campo de incidência do ICMS e à inclusão de mercadorias no campo de incidência do ISSQN. Do mesmo modo, com alguma frequência, verificam-se conflitos entre o ITCMD e o ITBI, no tocante à incidência destes impostos em relação a determinadas transmissões. De acordo com a Constituição Federal, dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios é matéria que cabe
- (A) às emendas à Constituição Federal.
  - (B) à lei ordinária.
  - (C) às Resoluções do Senado Federal.
  - (D) à lei complementar.
  - (E) às emendas às Constituições Estaduais e às leis orgânicas municipais, conforme o caso.
- 
91. Autoridade tributária municipal constatou que o contribuinte "Lavanderia Roupas Limpas Ltda." efetivamente infringiu a legislação tributária municipal do ISSQN. Não obstante isso, a referida autoridade, mesmo depois de ter analisado detidamente a lei tributária que define infrações e comina penalidades para os fatos comprovadamente praticados pelo contribuinte, continuava em dúvida quanto à natureza da penalidade aplicável e, também, quanto à graduação dessa penalidade. De acordo com o Código Tributário Nacional, aquela autoridade deveria interpretar a mencionada lei tributária municipal
- (A) de maneira mais favorável à Fazenda Pública, o que significa interpretá-la de maneira mais desfavorável ao acusado.
  - (B) de maneira mais favorável ao acusado.
  - (C) com equidade, ainda que isso resultasse na dispensa do pagamento de tributo devido.
  - (D) de maneira mais desfavorável ao acusado, no tocante à natureza da penalidade aplicável, e de maneira mais favorável, porém, em relação a sua graduação.
  - (E) de maneira mais favorável ao acusado, no tocante à natureza da penalidade aplicável, e de maneira mais desfavorável, porém, em relação a sua graduação.
- 
92. De acordo com a Lei nº 2.251, de 02 de outubro de 2017, do Município de Manaus, que dispõe sobre o ISSQN e sua base de cálculo,
- (A) não se inclui na base de cálculo do ISSQN o valor referente às subempreitadas já tributadas pelo imposto.
  - (B) a base de cálculo do imposto, nas exportações de serviços para o exterior do país, é o preço do serviço.
  - (C) admite-se o arbitramento da base de cálculo do imposto, nas situações tipificadas na legislação municipal, mesmo que disso resulte, em qualquer caso, carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida na lei complementar federal que rege a matéria.
  - (D) é vedada a estimativa da base de cálculo do imposto.
  - (E) não se inclui na base de cálculo do ISSQN o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços de engenharia, arquitetura, geologia e congêneres.

93. A Escrituração Fiscal Digital, conhecida pela sigla EFD, é
- um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos Fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, em meio físico ou digital, desde que, neste caso, seja passível de impressão em meio físico, e cuja identificação seja feita biometricamente.
  - um processo de escrituração de documentos fiscais que, em substituição ao sistema alfanumérico, utiliza códigos hexadecimais criptografados, em programas próprios, para efetuar registros comerciais, fiscais e tributários, bem como prestar as informações de interesse dos Fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
  - um sistema utilizado pelo Fisco da União e pelos Fiscos dos Estados e dos Municípios, para promover a escrituração e apuração de imposto periodicamente devido, cujo lançamento seja feito por homologação, como é o caso do IPI, no âmbito federal, do ICMS, no âmbito estadual e do ISSQN, no âmbito municipal, permitindo, com isso, que o valor do imposto devido seja imediatamente passível de inscrição em Dívida Ativa, utilizando *Blockchain* em substituição ao lançamento de ofício e, conseqüentemente, em substituição ao processo administrativo fiscal.
  - toda escrituração de documento fiscal feita em meio digital, ou com utilização de computadores, em substituição à escrituração feita em meio físico, para apuração do IR federal e do ICMS estadual.
  - um arquivo digital, que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos Fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como de registros de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte, que deverá ser assinado digitalmente e transmitido, via Internet, ao ambiente *Sped*.
- 
94. A Lei municipal nº 2.385, de 27 de dezembro de 2018, que institui o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Município de Manaus (CARF-M), contempla regra relacionada ao exercício da Representação Fiscal do CARF-M. De acordo com a referida Lei, esta Representação será exercida
- por 3 membros titulares e 2 suplentes, que serão indicados pelo Secretário Municipal de Finanças do Município dentre os Auditores Fiscais e os Fiscais de Tributos Municipais, em efetivo exercício na carreira há pelo menos 3 anos.
  - por 3 membros titulares e 3 suplentes, que serão indicados por deliberação conjunta do Secretário Municipal de Finanças do Município e do Procurador-Geral do Município, dentre os advogados de notável saber jurídico e com atuação no processo administrativo fiscal municipal há pelo menos 3 anos.
  - por 2 membros titulares e 2 suplentes, que serão indicados pelo Procurador-Geral do Município dentre os Procuradores do Município de Manaus, em efetivo exercício na carreira há pelo menos 5 anos.
  - por 2 membros titulares e 2 suplentes, que serão indicados por deliberação conjunta do Secretário Municipal de Finanças do Município e do Procurador-Geral do Município, dentre os Procuradores do Município de Manaus e os Auditores Fiscais e os Fiscais de Tributos Municipais, todos em efetivo exercício nas respectivas carreiras, há pelo menos 3 anos.
  - por 3 membros titulares e 3 suplentes, que serão indicados pelo Secretário Municipal de Finanças do Município dentre os Procuradores do Município de Manaus, em efetivo exercício na carreira há pelo menos 3 anos.
- 
95. A Constituição Federal estabelece diversas limitações ao Poder de Tributar. De acordo com estas limitações, os Municípios podem alterar a
- alíquota do ITBI, aumentando-a, e cobrar este imposto calculado com a nova alíquota, antes mesmo de decorridos 90 dias da data em que haja sido publicada a lei que a aumentou.
  - base de cálculo do IPTU, aumentando-a, e cobrar este imposto calculado com a nova base de cálculo, antes mesmo de decorridos 90 dias da data em que haja sido publicada a lei que a aumentou.
  - base de cálculo e a alíquota do ITBI, aumentando-as, e cobrar este imposto calculado com as novas alíquota e base de cálculo, antes mesmo de decorridos 90 dias da data em que haja sido publicada a lei que as aumentou.
  - alíquota do ISSQN, aumentando-a, e cobrar este imposto calculado com a nova alíquota, antes mesmo de decorridos 90 dias da data em que haja sido publicada a lei que a aumentou, desde que o faça por meio de alteração em sua lei orgânica.
  - base de cálculo e a alíquota do IPTU, aumentando-as, e cobrar este imposto calculado com as novas alíquota e base de cálculo, antes mesmo de decorridos 90 dias da data em que haja sido publicada a lei que as aumentou.
- 
96. De acordo com a Lei municipal nº 1.697, de 20 de dezembro de 1983, que dispõe sobre o Código Tributário do Município de Manaus, o exercício do poder de polícia do Município relativo à segurança, higiene, saúde, ordem e tranquilidade públicas, propriedade, localização e ao funcionamento de estabelecimentos e atividades será custeado em função da cobrança de diversas taxas, dentre as quais se encontra a
- Taxa de Licença de Atividades em Cemitérios (TLAC), cuja hipótese de incidência é o fato de o contribuinte sujeitar-se às atividades de controle e fiscalização dos estabelecimentos funerários e das atividades sujeitas ao controle de higiene e segurança sanitária, em consonância com as regras estabelecidas na legislação sanitária pertinente.
  - Taxa de Exploração de Engenheiros Publicitários (TEEP), cuja hipótese de incidência é o fato de o contribuinte sujeitar-se à autorização para execução de obras e de edificações, de modo a verificar as condições estabelecidas na legislação de posturas e de obras.
  - Taxa de Vigilância Sanitária (TVS), cuja hipótese de incidência é o fato de o espólio sujeitar-se ao controle do cumprimento das diretrizes estabelecidas para a realização de obras e serviços em sepulturas nos cemitérios públicos.
  - Taxa de Execução de Obras e de Edificações (TEOE), cuja hipótese de incidência é o fato de o contribuinte sujeitar-se às atividades de autorização e fiscalização para implantação e uso de engenheiros publicitários.
  - Taxa de Licença de Comércio e Realização de Eventos (TLCE), cuja hipótese de incidência é o fato de o contribuinte sujeitar-se à autorização e ao controle das atividades de comércio e de eventos em via ou área pública, em qualquer prazo, ou em área particular por prazo determinado.



97. Pedro, domiciliado em Belo Horizonte/MG, é arrendatário de uma aeronave de propriedade da empresa "Planalto Aeronaves Ltda.", localizada em Campo Grande/MS, sendo que esta aeronave é utilizada apenas nos dias úteis, para transportar Pedro a várias localidades do Brasil. A manutenção da aeronave é feita no Rio de Janeiro/RJ e, quando não está em uso, é estacionada e guardada em estabelecimento de empresa localizada em Guarulhos/SP, que mantém hangares destinados a isso. De acordo com a Lei Complementar nº 116/2003, o serviço de guarda desta aeronave é considerado prestado e o imposto devido
- (A) a Belo Horizonte, Município de domicílio de Pedro, arrendatário.
  - (B) a Campo Grande, Município de localização da empresa arrendante.
  - (C) ao Rio de Janeiro, Município em que é feita a manutenção da aeronave.
  - (D) a Guarulhos, Município em que a aeronave é guardada.
  - (E) a qualquer Município que constitua o local de origem do trecho aéreo a ser percorrido.
- 
98. O Decreto municipal nº 681, de 11 de julho de 1991, do Município de Manaus, contempla diversas regras atinentes à consulta em matéria tributária. De acordo com este Decreto,
- (A) a consulta deverá ser apresentada por escrito, no Protocolo Geral da Prefeitura, facultada sua apresentação verbal, hipótese em que será reduzida a termo pela autoridade competente.
  - (B) a partir da apresentação da consulta, até o décimo dia subsequente à data da ciência da resposta dada a ela, ou seja, durante a pendência da consulta, não se lavrará auto de infração, nem se agravará a situação do consulente.
  - (C) os órgãos da administração pública e as entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais também poderão formular consulta, desde que, se tratando de consulta que verse, direta ou indiretamente, sobre o pagamento de tributo, seja efetuado depósito prévio do valor do crédito tributário objeto da consulta.
  - (D) o sujeito passivo poderá formular consulta sobre situações concretas ou abstratas, determinadas, determináveis ou indeterminadas, no que tange à interpretação e aplicação da legislação tributária municipal.
  - (E) a consulta deverá ser apresentada por escrito, no Protocolo Geral da Prefeitura, quando versar sobre obrigação tributária principal, facultada sua apresentação verbal, quando seu objeto versar sobre obrigações tributárias acessórias, hipótese em que será, de imediato, reduzida a termo pela autoridade competente.
- 
99. A Lei municipal nº 1.628, de 30 de dezembro de 2011, do Município de Manaus, estabelece que o lançamento do IPTU será efetuado para cada imóvel, com base nas informações existentes no Cadastro Imobiliário Municipal, o qual poderá vir a ser impugnado. De acordo com a referida Lei,
- I. A impugnação poderá ser feita pelo contribuinte, pelo responsável solidário ou por representante legal.
  - II. A impugnação deverá ser feita no prazo máximo de 15 dias, contado da data do vencimento da terceira e última parcela.
  - III. A impugnação exclui a exigibilidade do crédito tributário até a decisão definitiva na esfera administrativa.
  - IV. No caso de pagamento realizado antes da decisão administrativa da impugnação apresentada, a quantia recolhida será aproveitada para a quitação definitiva do débito, de acordo com o julgamento de procedência, improcedência ou de procedência parcial da impugnação.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e IV.
  - (B) II e III.
  - (C) III.
  - (D) I e IV.
  - (E) I, II e III.
- 
100. O Município de "Nova Esperança" (Município fictício) resultou do desmembramento territorial do Município de "Todos os Santos" (Município fictício), que perdeu parte de seu território. No tocante, por exemplo, ao IPTU incidente sobre os imóveis localizados no território que passou a constituir o novo Município, o Código Tributário Nacional estabelece que o Município de
- (A) "Nova Esperança", salvo disposição de lei em contrário, sub-roga-se nos direitos do Município de "Todos os Santos", relativamente ao IPTU incidente sobre os imóveis localizados no território do Município que acaba de ser criado.
  - (B) "Todos os Santos", desde que haja previsão expressa de lei, sub-roga-se nos direitos do Município de "Nova Esperança", relativamente ao IPTU incidente sobre os imóveis localizados no território do Município que acaba de ser criado.
  - (C) "Nova Esperança", desde que haja previsão expressa de lei, sub-roga-se nos direitos do Município de "Todos os Santos", relativamente ao IPTU incidente sobre os imóveis localizados no território do Município que acaba de ser criado.
  - (D) "Todos os Santos" sub-roga-se nos direitos do Município de "Nova Esperança", relativamente ao IPTU incidente sobre os imóveis localizados no território do Município que acaba de ser criado.
  - (E) "Nova Esperança", desde que haja previsão expressa de lei complementar, sub-roga-se nos direitos do Município de "Todos os Santos", relativamente ao IPTU incidente sobre os imóveis localizados no território do Município que acaba de ser criado.